

O trabalho e as medidas de contenção da **COVID-19**

Contribuições da Psicologia Organizacional
e do Trabalho no contexto da pandemia

VOLUME 3

Retrato da Psicologia Brasileira no Cenário da **COVID-19**

Organizadora

Daiane Rose Cunha Bentivi

Material didático elaborado pela Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho — SBPOT.

Autorizamos a reprodução e divulgação parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Registramos agradecimentos especiais a todos os autores que prontamente aceitaram nosso convite e se dispuseram a doar seu tempo para preparar textos de qualidade e com a celeridade que o momento exigiu.



R438 Retrato da psicologia brasileira no cenário da COVID-19 [recurso eletrônico] / Organizadora, Daiane Rose Cunha Bentivi. – Porto Alegre: Artmed, 2020. – (Coleção o trabalho e as medidas de contenção da COVID-19 : contribuições da Psicologia Organizacional e do Trabalho ; 3)

ISBN 978-65-81335-33-5

1. Psicologia. 2. Trabalho – Aspectos psicológicos. I. Bentivi, Daiane Rose Cunha.

CDU 159.944

Catálogo na publicação Karin Lorien Menoncin – CRB 10/2147

O trabalho e as medidas de contenção da **COVID-19**

Contribuições da Psicologia Organizacional
e do Trabalho no contexto da pandemia

Volume 3

Retrato da Psicologia Brasileira no Cenário da **COVID-19**

Organizadora

Daiane Rose Cunha Bentivi



Porto Alegre
2020

Copyright © 2020
Associação Brasileira de Psicologia
Organizacional e do Trabalho — SBPOT
Todos os direitos reservados.

Capa e editoração
Tiago Dillenburg

ARTMED é um selo editorial do GRUPO A EDUCAÇÃO S.A.
Av. Jerônimo de Ornelas, 670 – Santana
90040-340 Porto Alegre RS
Fone: (51) 3027-7000 Fax: (51) 3027-7070

Unidade São Paulo
Rua Doutor Cesário Mota Jr., 63 – Vila Buarque
01221-020 São Paulo SP
Fone: (11) 3221-9033

SAC 0800 703-3444 – www.grupoa.com.br

Apresentação

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde declara a pandemia da COVID-19, as pessoas vêm lidando com as mais diferentes consequências. Medidas como isolamento social, interrupção de serviços e teletrabalho compulsório, sugeridas para a contenção da pandemia, trouxeram fortes impactos emocionais para a população. Nesse contexto, a profissional psicóloga/o também se viu com demandas, tendo que repensar e adaptar sua atuação, convidando a Psicologia a analisar e refletir sobre as intervenções possíveis ante os desdobramentos da pandemia.

Como forma de contribuir com essa reflexão, a [Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho \(SBPOT\)](#) desenvolveu a coleção “O trabalho e as medidas de contenção da COVID-19: contribuições da Psicologia Organizacional e do Trabalho no contexto da pandemia”, composta por três volumes. O Volume 1 é dedicado às orientações para o *home office* (trabalho a distância feito em casa) mandatório, ou seja, aquele que está compulsoriamente sendo realizado em função da pandemia da COVID-19. No Volume 2 avança-se em outras temáticas que afetam os trabalhadores, sendo abarcadas também experiências de trabalho para além do contexto organizacional, com olhar particularmente atento àqueles em condições de vulnerabilidades diversas.

No Volume 3, o objetivo é trazer reflexões sobre os impactos da pandemia no trabalho considerando diferentes campos de inserção da Psicologia. Para tal, 15 entidades de Psicologia foram convidadas a contribuir com suas experiências no desenvolvimento das temáticas. Para o desenvolvimento dos textos, a SBPOT fez também a indicação de experientes pesquisadoras/es, cujo foco de atuação é reconhecidamente **o trabalho**. Os objetivos das sete temáticas que compõem este volume são apresentados a seguir.

1. A Psicologia no Enfrentamento da Revolução da COVID-19

Escrito em parceria com o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP), este capítulo buscou analisar a atuação da Psicologia diante da dinâmica movida pela COVID-19 e discutir o ajustamento de suas próprias práticas profissionais ante a crescente virtualização e fragmentação geradas pela perspectiva da era “transumana”. Refletir sobre a atuação profissional no campo da Psicologia em contextos nos quais a virtualização e a mediação das ferramentas-sistemas se intensificam.

2. Os Impactos no Mundo do Trabalho e a Prática Reflexiva Telepresencial no Contexto da Pandemia

Em parceria com o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI), este capítulo buscou refletir sobre as transformações no mundo do trabalho e as reestruturações em curso no atual momento como fundamento para compreender a crise ocasionada pela pandemia. Analisar como os profissionais da Psicologia podem oferecer contribuições por meio de procedimentos de redução de danos e visando a proteção psicossocial da coletividade, sem perder de vista os impactos das mudanças e da produtividade, trazendo a sugestão da prática reflexiva nas organizações.

3. Formação Profissional e Produção de Conhecimento em Psicologia diante da Pandemia

Escrito em parceria com a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), buscou analisar a formação profissional e a produção de conhecimentos em Psicologia, considerando os problemas e desafios educacionais suscitados pela pandemia. Refletir sobre a educação e formação profissional em Psicologia a partir da escolarização na modalidade remota.

4. Atuação Profissional no Contexto da Saúde e Hospitalar de Psicólogos para o Enfrentamento da Pandemia da COVID-19

Em parceria com a Associação Brasileira de Psicologia da Saúde (ABPSA), este capítulo buscou refletir sobre a regulamentação e normatização das profissões, definidas por leis que determinam as relações de trabalho e os deveres relativos à ocupação, especialmente no campo da saúde. Analisar o papel do psicólogo como um agente promotor de saúde em meio ao contexto da pandemia da COVID-19.

5. Contribuição da Psicologia na Gestão Integral de Riscos e Desastres, no Esporte, no Trânsito e nas Relações Pessoa-Ambiente em um Cenário de Pandemia

Em parceria com a Associação Brasileira de Psicologia do Esporte (ABRAPESP), a Associação Brasileira de Psicologia do Tráfego (ABRAPST) e a Associação Brasileira de Psicologia Ambiental e Relações Pessoa-Ambiente (ABRAPA), este capítulo buscou apresentar as possibilidades de atuação de psicólogos, no âmbito da Psicologia na Gestão Integral de riscos e desastres, Psicologia do Esporte, Psicologia do Trânsito e Psicologia Ambiental, ante a pandemia de COVID-19. Elucidar possibilidades de atuação e recomendações relevantes.

6. Adaptação da Atuação Psicodiagnóstica, Psicoterapêutica e em Orientação de Carreira em meio à Pandemia

Escrito conjuntamente com a Associação Brasileira de Psicologia Positiva (ABP+), a Associação Brasileira de Psicoterapia (ABRAP), o Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP), a Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (ASBRo) e a Associação Brasileira de Orientação Profissional (ABOP), este capítulo buscou discutir sobre a necessidade de que o profissional de Psicologia reflita e reveja suas estratégias técnico-científicas em momentos em que a realidade assim exige, como o atual contexto de pandemia. Retomar pontos necessários para cuidados especiais dos psicólogos em processos de avaliação psicológica na pandemia para que se mantenha o atendimento pautado no compromisso ético e de qualidade.

7. Aspectos Psicossociais e Psicopolíticos da Pandemia da COVID-19

Em parceria com a Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP), a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) e a Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP), este capítulo buscou analisar como as condições políticas constroem determinados modos de subjetivação e de organização social e, assim, problematizar o papel da Psicologia em suas dimensões social e política. Contribuir para a análise da complexidade das repercussões sociais e políticas da pandemia, bem como para a indicação de algumas possibilidades de enfrentamento.

Diretoria da SBPOT – Gestão 2018-2020

Fabiana Queiroga – presidente

Thaís Zerbini – vice-presidente

Lara Martins – primeira secretária

Raphael Di Lascio – segundo secretário

Melissa Moraes – primeira tesoureira

Daiane Bentivi – segunda tesoureira

Vitoria Ferreira – estagiária

Sumário

Apresentação	v
<i>Fabiana Queiroga, Thaís Zerbini, Lara Martins, Raphael Di Lascio, Melissa Moraes, Daiane Bentivi Vitoria Ferreira</i>	
1 A Psicologia no Enfrentamento da Revolução da COVID-19	1
<i>Sigmar Malvezzi (USP), Izabel Hazin (CFP) e Lisiane Bizarro (SBP)</i>	
2 Os Impactos no Mundo do Trabalho e a Prática Reflexiva Telepresencial no Contexto da Pandemia	13
<i>José Carlos Zanelli (Instituto Zanelli), Antônio Virgílio Bittencourt Bastos (CFP) e André de Carvalho Barreto (FENAPSI)</i>	
3 Formação Profissional e Produção de Conhecimento em Psicologia diante da Pandemia	27
<i>Roberto Moraes Cruz (rPOT), Maria Cláudia (ANPEPP) e Rute Bicalho (ANPEPP)</i>	
4 Atuação Profissional no Contexto da Saúde e Hospitalar de Psicólogos para o Enfrentamento da Pandemia da COVID-19	41
<i>Maria Geralda Viana Heleno (ABPSA), Miria Benincasa Gomes (Universidade Metodista de São Paulo), Suzana da Rosa Tolfo (UFSC) e Priscila Gasperin Pellegrini (UFSC)</i>	
5 Contribuição da Psicologia na Gestão Integral de Riscos e Desastres, no Esporte, no Trânsito e nas Relações Pessoa-Ambiente em um Cenário de Pandemia	51
<i>Marly Terezinha Perrelli (Sindicato dos Psicólogos do Paraná), Thabata Castelo Branco Telles (ABRAPESP), Juliana de Barros Guimarães (ABRAPASIT) e Fábio de Cristo (ABRAPA)</i>	
6 Adaptação da Atuação Psicodiagnóstica, Psicoterapêutica e em Orientação de Carreira em meio à Pandemia	67
<i>Ana Cláudia Souza Vazquez (ABP+, UFCSA), Angela Hiluey (ABRAP), Thatiana Helena de Lima (IBAP), Sonia Regina Pasian (ASBRo), Manoela Ziebell de Oliveira (ABOP) e Alyane Audibert (ABOP)</i>	
7 Aspectos Psicossociais e Psicopolíticos da Pandemia da COVID-19	79
<i>Frederico Alves Costa (ABPP), Deivis Perez (ABRAPSO), Fabiana Queiroga (SBPOT) e João Gabriel Modesto (SBP)</i>	

Esta página foi deixada em branco intencionalmente.

A Psicologia no Enfrentamento da Revolução da COVID-19

Sigmar Malvezzi (USP)

Izabel Hazin (CFP)

Lisiane Bizarro (SBP)

Pandemias são epidemias que se espalham rapidamente pelo mundo. Virologistas anteciparam o risco de algum surto epidêmico, em larga escala, com consequências potencialmente devastadoras (Taylor, 2019), previsão confirmada na contaminação pandêmica pela COVID-19. Essa pandemia é considerada o maior problema de saúde pública dos últimos 100 anos pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No Brasil, em menos de três meses, a propagação desse vírus deflagrou uma revolução na vida social e na economia, cujos impactos e amplitude mobilizaram toda a sociedade, lhe oferecendo um autorretrato no qual despontam os desafios do País na construção de futura qualidade de vida.

Nesse retrato, aparece a equação paradoxal da sociedade brasileira. O desfrute de sofisticado avanço tecnológico associado à fragilidade de seu protagonismo do bem viver, sonhado pelos gregos para toda a humanidade. Alinhado a outros países, o Brasil também movimenta seus eventos em alta velocidade, pelo quase milagre da tecnologia digital, que virtualiza a realidade em redes globalizadas, movimentando-a em diversos fluxos que instrumentalizaram a propagação da COVID-19. Esse paradoxo revela a longa trajetória de estruturas e instituições que se debilitam embora tenham sido construídas no Brasil para capacitar o bem viver coletivo de sua população.

Esses problemas não decorrem somente das limitações das políticas públicas e do desempenho precário das estruturas e dos mecanismos que movem a sociedade brasileira, mas resultam, igualmente, da contradição implícita à tecnologia digital. Esta movimentação dos eventos em alta velocidade, comprometendo a adaptação necessária à sustentabilidade do ser biológico e das condições de sua existência em sociedade para manter a regularidade das propriedades e funções, sempre ameaçadas por eventos emergentes. A pandemia da COVID-19 expôs os riscos do Brasil para dar conta de sua própria sustentabilidade. Nela, a sociedade brasileira se revelou limitada no enfrentamento de duas demandas contraditórias: a continuidade dos movimentos econômicos que a sustentam e o isolamento social para bloquear a propagação da doença, diante da falta de terapias, vacinas e infraestrutura hospitalar.

Embora a digitalização ainda esteja distante de muitos cidadãos, seus efeitos atingem igualmente a todos, porque impactam na regularidade dos recursos que o ser biológico necessita para instrumentalizar seu agir adaptativo. Essas demandas contraditórias decorrem da feroz competitividade econômica e da insuficiente gestão dos riscos à sobrevivência diante da invisível propagação da COVID-19. A força, a rapidez e a invisibilidade desse vírus foram fertilizadas pelas equações de trocas criadas nas redes de comunicação digital, que atuam na subjetivação, na socialização, no imaginário coletivo e nos demais mecanismos implicados nas condições de existência coletiva. Os recursos próprios dessas redes capacitaram a COVID-19 para revolucionar o agir adaptativo, agregando novos riscos à sobrevivência e à sustentabilidade da sociedade.

A Psicologia no combate à COVID-19

A ação da COVID-19 é revolucionária (do latim *revolutio*, “ato de revolver”) por sua potencialidade para mudar abrupta e radicalmente o poder político, a articulação socioeconômica e a mobilização de todos os recursos para a existência em sociedade. Pandemias como a de cólera e a da gripe espanhola já promoveram revoluções com efeitos devastadores. Igualmente, a COVID-19, além das mortes, suscita o medo da infecção, a demanda de isolamento e a rearticulação da economia, impactando individual e coletivamente as condições que respondem pela sustentabilidade da existência em sociedade. A propa-

gação da doença poderia ter sido mais administrável, porém seu aparecimento e ação foram rápidos, não permitindo preparos, terapêuticas e capacitação preventiva dos sistemas de saúde pública.

Em todo o mundo, a psicologia – campo confiável, já legitimado e amadurecido de conhecimento científico e de ação profissional – se alistou de imediato nas fileiras de combate à COVID-19, na capacitação da sociedade para sustentar as condições de existência coletiva, agora ameaçadas por múltiplas rupturas e perdas. Seus profissionais se mobilizaram rápida, formal e espontaneamente, disponibilizando o seu arcabouço teórico-profissional para a compreensão e o enfrentamento dessas rupturas e perdas, explicitando as cadeias de causas e de razões que lesaram a economia, a convivência e as vidas, comprometendo o agir adaptativo. Seus profissionais somaram forças nos cuidados com a saúde, no bloqueio das redes de contaminação e na superação das consequências do adoecimento pessoal, emocional e social.

O enfrentamento da ação revolucionária é difícil e piora quando o adversário é invisível. A visão do inimigo favorece a segurança na escolha entre táticas ambíguas e energiza a criatividade que potencializa as estruturas e os instrumentos que constroem a existência coletiva. Nesse contexto de inimigo invisível, a psicologia tem sido um recurso acessível e confiável, como no mito do fio de Ariadne, para encontrar a saída do labirinto criado nesta revolução deflagrada pela COVID-19. A segurança que a psicologia oferece, com seu acervo de conceitos e com a experiência de seus profissionais, desponta da riqueza de suas narrativas teóricas, que explicam a existência individual e em sociedade em todos os seus mecanismos, e do acervo de instrumentos para lidar com a conduta e a qualidade de vida. O conhecimento dessas narrativas instrumentaliza as pessoas e instituições no protagonismo do bem viver, construído a partir da prevenção e de soluções efetivas para recuperar perdas, sustentar os recursos e abrir novas veredas para o crescimento e a emancipação.

Se alguém acreditar em algum destino para o ser humano, esse pode ser identificado na ininterrupta movimentação dos organismos. Intuitiva e cientificamente, sabe-se que os organismos funcionam e interagem até mesmo durante o sono. Esses movimentos revelam a condição pétreia do ser biológico que é o contínuo empenho na própria sus-

tentabilidade por meio de sua capacitação para o agir adaptativo. Em termos simples e ingênuos, entende-se por adaptação o conjunto de mudanças promovidas no ambiente e nos organismos para sustentar, desenvolver e movimentar a gestão de suas relações funcionais. A sustentabilidade da vida e do desenvolvimento humano depende dessa gestão que se manifesta na eficácia do agir adaptativo e do desenvolvimento.

Por meio de seus movimentos o organismo humano cria as condições de sua sustentabilidade, sendo a saúde uma das mais relevantes por suas implicações na competência para o agir adaptativo, ou seja, na capacidade de movimentos do organismo para responder a todas as demandas de sua existência em sociedade. Para simplificar algo complexo, pode-se entender saúde como a contínua adaptação do organismo ao seu ambiente. Em geral, nas diversas culturas, a saúde é tratada como um predicado, fala-se que o indivíduo tem ou não saúde, mas, na verdade, saúde é um movimento contínuo de capacitação e de gestão da adaptação do organismo.

Esses movimentos e as mudanças que eles produzem constituem o agir adaptativo, revelando a condição humana, como um ser sempre incompleto, que age em busca da complementaridade que amplia e expande suas múltiplas propriedades e as funções que sustentam sua sobrevivência e instrumentalizam sua emancipação. Essa complementaridade é encontrada nos movimentos dos organismos em suas trocas com o ambiente visando superar seu desgaste e energizar seu desenvolvimento.

As rupturas criadas pela COVID-19 afetaram diretamente a capacitação do organismo para esses movimentos, seja limitando a eficácia de suas funções, ou impedindo a necessária complementaridade, evidenciada em situações como a busca de água e de medicamentos. Os obstáculos aos movimentos e à complementaridade comprometem a satisfação das necessidades básicas, como de alimento, abrigo, e de carências sofisticadas, como é o caso da paz social. As rupturas diariamente manifestadas na ação da COVID-19 dificultam a convivência e diversos movimentos necessários ao agir adaptativo. Isolamento, falta de apoio mecânico para respirar, perda do emprego, insegurança e particularismos que comprometem a saúde e a adaptação impedem as trocas comunitárias que sempre foram esteios insubstituíveis da sustentabilidade da vida e de seu desenvolvimento.

A emergência da COVID-19 mobilizou todas as forças da sociedade, começando pelo conhecimento científico e técnico, em todos os segmentos que compõem a sabedoria e a prática da saúde em sua dependência dos comportamentos das pessoas. A resposta imediata da psicologia a essa mobilização foi evidenciada na ampla promoção e publicação de pesquisas, no escrutínio de soluções emergentes, no levantamento e na revisão de instrumentos para apoio individual e coletivo e em todo o espectro de serviços profissionais que a atenção à vida requer. Nessa mobilização, a psicologia revelou sua participação na complementaridade profissional que alicerça a eficácia das profissões na construção da existência individual e em sociedade.

Essa mobilização da psicologia apareceu em suas contribuições a todas as ações requeridas pelo agir adaptativo. Embora o eixo causal da revolução deflagrada pela COVID-19 seja o processo de infecção, seus efeitos se desdobram na prevenção, no controle dos riscos e nas consequências das diversas rupturas, como a morte, a perda do emprego e a depressão. Grande parte das cadeias de eventos implicados na revolução da COVID-19 é investigada e tratada no campo da psicologia, em demandas como a disciplina social, a solidariedade comunitária, a compreensão do sofrimento, o apoio ao doente, a capacidade institucional e estrutural, e o compromisso com a superação das perdas. Todas essas demandas são aspectos da conduta humana implicados na força disruptiva da COVID-19 e nos meios para seu controle. A propagação e a incapacidade que caracterizam essa revolução pedem compreensão dos problemas em suas relações com as cadeias globalizadas de causas e com os provimentos para a neutralização de seus efeitos disruptivos.

A virtualização dos eventos e sua estruturação em redes que se movimentam, veloz e globalmente, em fluxos emaranhados e interdependentes tornam a compreensão da sociedade, em suas causas e razões, um desafio quase insuperável, tal como evidenciado nos debates diários veiculados na mídia sobre as táticas para o bloqueio dos fluxos de propagação da COVID-19. Dentro de redes de eventos que se movimentam de modo rápido e interdependente é difícil discriminar causas e identificar os pontos de intervenção visando sua regulação (Sutherland, 2013). Muitos aspectos da sociedade atual, como sua economia e cultura, funcionam em ecossistemas autorregulados cuja dinâmica é dificilmente capturada e compreendida até mesmo pelo Estado, protagonista responsável por sua

gestão. Essa dificuldade é explicada pela porosidade e flexibilidade das fronteiras entre os eventos e a interdependência entre suas diversas causas. Dentro de sistemas autorregulados, as condições de existência tornam-se fluidas e a única regularidade é a contínua mudança, criando ambiguidades para o ser biológico que dificultam a compreensão e a identificação de caminhos para dar conta da adaptação de suas competências, de seus vínculos, de suas metas e de seus padrões de equilíbrio (Esprit Editorial, 2019).

Hoje, o ser humano é desafiado a adaptar-se à ampla ecologia de eventos que caracteriza a sociedade globalizada e digitalizada, na qual o agir adaptativo demanda competências acima de seus limites biológicos, como observado nas limitações de ajustes às recentes crises econômicas. Essa demanda explica a dificuldade de controle dos movimentos migratórios, da vida nômade, do trabalho atemporal e do parasitismo político, impactando direta e indiretamente até mesmo grupos e pessoas que gozam de estabilidade econômica, social e cultural. Levy (2019) batizou esses sistemas autorregulados de reinos sem território e sem rei, mas impactam com a pujança forças bélicas de nações poderosas. A COVID-19 tem todos os predicados para seu reconhecimento como um novo reino sem território e sem rei. Analogamente, o controle sobre a revolução da COVID-19 requer a mobilização de toda a sociedade, com todas as suas forças. A psicologia é testemunha do repertório de queixas aos malefícios desses reinos constatados no sofrimento do nomadismo e da vida profissional atemporal, duas rotinas da sociedade digitalizada que dificultam a contínua adaptação do organismo ao seu ambiente e, portanto, comprometem a saúde.

O nomadismo da sociedade globalizada complica a superação das rupturas geradas pela COVID-19. No contexto dessa sociedade, os indivíduos não escolhem ser nômades, mas são levados a esse modo de vida, mesmo sem mudar regularmente de um lugar para outro, como o fizeram os Guaranis e os Beduínos. Nos ambientes fluidos, constituídos em redes integradas de eventos, os movimentos fluem em alta velocidade, obrigando pessoas e grupos a reações adaptativas contínuas e radicais, como se mudassem de lugar, levando em sua bagagem muitas incertezas e insegurança sobre seu amanhã. Eventos rotineiros como a demanda de novos aplicativos sinalizam a inevitável atualização de competências, de procedimentos e de hábitos, uma vez que diversos serviços rotinei-

ros são mediados por esses instrumentos. Padrões de qualidade e critérios de avaliação são igualmente alterados impondo rearticulação das cognições, de opções de ação e de rotinas. Essas adaptações nas competências e nos julgamentos complicam a gestão das próprias identidades com impactos significativos no relacionamento interpessoal e no viver bem consigo mesmo. O indivíduo é cobrado na cristalinidade de sua identidade e, ao mesmo tempo, pressionado a mudar seus predicados identitários para se ajustar à fluidez dos grupos nos quais transita. A vida nômade requer contínuos movimentos adaptativos para responder à demanda de validação da própria vida pessoal e social.

É difícil para indivíduos aculturados na vida nômade se ajustarem à rigidez da convivência no confinamento requerido pelo bloqueio da propagação da COVID-19, ou no teletrabalho *on-line* (Abdelnour & Médas, 2019). Os hábitos da vida nômade na busca de ajustes meramente funcionais em suas rotinas e na legitimação dessas adaptações pelos grupos com quem o indivíduo tem interfaces dificultam a compreensão do ambiente e criam particularismos que complicam as relações interpessoais e sua paz. Os riscos criados pela COVID-19 aumentam a insegurança cognitiva e emocional que caracteriza a vida nômade na sociedade atual, favorecendo a busca de soluções na orientação externa de gurus, técnicos (*coaches*) e consultores (Hochschild, 2013).

Na dimensão pessoal, a COVID-19 potencializa o sofrimento psicológico, seja pela facilidade de contágio, pela frequência e proximidade dos óbitos, pelo isolamento social, ou pela insegurança sobre colapsos no sistema de saúde. Ansiedade, medo e estresse estão presentes em pacientes positivados, em suspeitos, nos familiares e nos profissionais que atuam na linha de frente (Shojaei & Masoumi, 2020). Tais efeitos colaterais se somaram aos riscos biológico da COVID-19, com alta probabilidade de se perpetuar após o retorno às atividades. A revolução deflagrada por esse vírus criou um mundo diferente no qual as condições de existência em sociedade são redesenhadas.

Na dimensão social, a distopia brasileira ganha novas nuances evidenciadas no feminicídio e na violência contra outros grupos fragilizados. Exacerba-se a vulnerabilidade de populações já marginalizadas, migrantes, encarcerados e moradores de rua (Marques, Moraes, Hasselmann, Deslandes & Reichenheim, 2020; Okabayashi, Tassara, Casaca, Falcão & Bellini, 2020). A revolução da COVID-19 escancarou a injustiça na desigualdade

social, implicando ainda mais a psicologia no combate a seus efeitos por sua potencialidade e experiência na reconstrução dos sentidos e na identificação de novos caminhos para velhos problemas cujas condições foram renovadas pela sociedade digitalizada e globalizada.

Nessas condições, os cenários tradicionais do agir adaptativo são modificados pelas modalidades de interação remota. Trabalho, educação, serviços e convivência são redesenhados para se ajustar às novas modalidades de relacionamento e à mediação da informação às quais o próprio exercício profissional no campo da psicologia está se adaptando. Esse exercício sempre foi, em grande parte, instrumentalizado pelo relacionamento face a face e pela conversação. As novas condições promovidas pela COVID-19 desafiam a psicologia em sua contribuição à redução do sofrimento, à proteção dos vulneráveis, à ressignificação dos modos de trabalho, de aprendizagem e de relacionamentos sociais, requerendo reinvenção de sua instrumentalidade. A missão da psicologia foi, mais uma vez, reafirmada pela COVID-19, em sua capacidade de atuação no contexto da digitalização e da velocidade com a complexidade das queixas em seus serviços e as rupturas interdependentes. Seus desafios seguem focados no desenvolvimento e fortalecimento dos sujeitos individual e coletivo, agora mais fragilizados dentro do mundo já rumando para a era do “transumanismo”, pela inteligência artificial que caminha para intervir no agir adaptativo que o capacita para o bem viver e a emancipação (Touraine, 2018).

Conhecimento científico e justiça, aliados na era pós COVID-19

Diante dessa dinâmica movida pela COVID-19, a psicologia, capacitada por sua maturidade, é desafiada a se reinventar no desenvolvimento de teorias e no ajustamento de suas próprias práticas profissionais diante da crescente virtualização e fragmentação geradas pela perspectiva da era “transumana”. Como será a atuação profissional no campo da psicologia em contextos nos quais a virtualização e a mediação das ferramentas-sistemas se intensificam e demandam a inclusão da dimensão virtual nos *settings* da clínica, do hospital, da justiça, dos dispositivos da atenção psicossocial, do ensino e de tantos outros cenários (Sammons, VandenBos & Martin, 2020)? A trajetória das instituições que

representam a psicologia brasileira mostra significativo acervo de competências e de garra para sua adaptação aos tempos pós-COVID-19.

Essa trajetória da psicologia revela aquilo que De Charms (1968) batizou como “segurança ontológica”, que é o reconhecimento e a confiança em sua própria força para o agir adaptativo. Essa segurança nasce da regularidade do fazer protagonista do sujeito. Quanto mais um indivíduo realiza, mais ele descobre suas potencialidades para realizar e desenvolver seu fazer nos desdobramentos de novas demandas do agir adaptativo. A história recente da psicologia brasileira expõe essa força ontológica, para se reinventar na era pós-COVID-19. Nessa era, o papel da ciência e da profissão no campo da psicologia se atualiza e se fortalece no enfrentamento do atual paradoxo da sociedade brasileira,

A COVID-19 atinge todos, embora seus efeitos sejam mais complicados nas condições de maior vulnerabilidade (Santos, 2020). Essa complicação paradoxalmente fomenta o investimento na “consciência de comunhão planetária”, da “casa comum” e da justiça. A psicologia, integrada às demais ciências comportamentais e sociais (Bavel et al., 2020) é chamada, mais uma vez, para ampliar o conhecimento sobre a existência em sociedade, que depende de a justiça superar as vulnerabilidades que potencializam a reprodução do desastre da COVID-19. Essa chamada não decorre apenas de seu desenvolvimento como ciência, mas igualmente de seu compromisso ético com a busca da justiça e do bem viver para todos (Chenneville & Schwartz-Mette, 2020).

Sigmar Malvezzi

Graduação (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1969), PhD Department Of Behavior In Organizations (University of Lancaster, 1989), Professor e pesquisador no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (desde 1986) e no MPA da Fundação Dom Cabral (desde 2012). Professor visitante da University of Texas, Alliant International University, Universidad del Valle, Universidad Tecnológica Nacional e Programa Erasmus Mundus em Psicologia Organizacional e do Trabalho, com ênfase em áreas de recursos humanos, identidade, carreira profissional, liderança, humanização do trabalho e globalização. Para mais informação <http://lattes.cnpq.br/9251332435399660>

Izabel Hazin

Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP (1994), Especialista em Neuropsicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2002), Mestre (2000), Doutora (2006) em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco e Pós-Doutorado pela Université René Descartes – Paris V (2010). Atualmente é professora Associada 3 do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Neuropsicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem. Coordena o Grupo de Pesquisa LAPEN (Laboratório de Pesquisa e Extensão em Neuropsicologia da UFRN), Coordenadora do Programa Talento Metr pole do Instituto Metr pole Digital da UFRN. Atualmente   Coordenadora do Programa de Pós-gradua o em Psicologia da UFRN, Presidente do Instituto Brasileiro de Neuropsicologia e Comportamento (IBNeC), Vice-Presidente da Sociedade Latino-Americana de Neuropsicologia (SLAN), Membro do XVIII Plenário (Conselheira) do Conselho Federal de Psicologia, integrante do GT da Anpepp Neuropsicologia. Bolsista de Produtividade do CNPq – Nível 2.

Mais informa es em: <http://lattes.cnpq.br/5496201609189471>

Lisiane Bizarro

Professora Titular do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pesquisadora CNPq e Professora Visitante no Douglas Research Centre, Department of Psychiatry, McGill University (2019-2020). Psicóloga (UFRGS 1991), Mestre em Psicologia do Desenvolvimento (UFRGS 1995) e PhD em Psicologia (Institute of Psychiatry King’s College London, 2000), com estágio de pós-doutorado em Farmacologia Comportamental (Institute of Psychiatry King’s College London, 2000-2003). Docente permanente do Programa de Pós-gradua o em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004-atual). Editora Geral da revista Psicologia: Reflexão e Crítica (2005-2007, Avalia o Qualis Periódicos A1), Chefe do Departamento de Psicologia do Desenvolvimento e da Personalidade (2013-2015). Coordena o Laboratório de Psicologia Experimental, Neurociências e Comportamento (LPNeC), onde desenvolve tarefas experimentais e realiza estudos sobre viés de aten o, impulsividade, aten o, interferência emocional, tomada de decisão, autoregula o e ilusão de controle. Líder do grupo de pesquisa Psicologia

Professora Titular do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pesquisadora CNPq e Professora Visitante no Douglas Research Centre, Department of Psychiatry, McGill University (2019-2020). Psicóloga (UFRGS 1991), Mestre em Psicologia do Desenvolvimento (UFRGS 1995) e PhD em Psicologia (Institute of Psychiatry King's College London, 2000), com estágio de pós-doutorado em Farmacologia Comportamental (Institute of Psychiatry King's College London, 2000-2003). Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004-Atual). Editora Geral da revista Psicologia: Reflexão e Crítica (2005-2007, Avaliação Qualis Periódicos A1), Chefe do Departamento de Psicologia do Desenvolvimento e da Personalidade (2013-2015). Coordena o Laboratório de Psicologia Experimental, Neurociências e Comportamento (LPNeC), onde desenvolve tarefas experimentais e realiza estudos sobre viés de atenção, impulsividade, atenção, interferência emocional, tomada de decisão, autoregulação e ilusão de controle. Líder do grupo de pesquisa Psicologia Experimental, Neurociências e Comportamento da UFRGS, e membro do grupo de pesquisa Consórcio para Pesquisas em Obesidade da UFRGS. Membro Associado Pleno da Sociedade Brasileira de Psicologia, membro da Sociedade Brasileira de Neurociências e Comportamento, do Instituto Brasileiro de Neuropsicologia e Comportamento, da International Association for Applied Psychology e da Society for Neuroscience. Professora dos cursos de graduação e licenciatura em Psicologia da UFRGS. Leciona Processos Psicológicos Básicos; Divulgação da Ciência; Análise Experimental do Comportamento; Terapia Cognitivo-comportamental e supervisiona estágios. Consultora docente da Organiza! Empresa Junior do Instituto de Psicologia da UFRGS (2012-2018). Coordenadora do GT de Psicobiologia, Neurociências e Comportamento (2012-2014) e membro do Fórum de Políticas Científicas (2015-2016) da ANPEPP. Secretária Geral (2016-2017, 2018-2019) e Primeira secretária (2020-2021) da Sociedade Brasileira de Psicologia. Investigadora Principal de projeto da Wellcome Trust e Pesquisadora Visitante no Institute of Psychiatry, King's College London (2006-2010). Organizadora do I, II, III e IV Encontro Nacional de Processos Psicológicos Básicos. É mãe de uma menina nascida em 2008.

Mais informações em: <http://lattes.cnpq.br/9136343287056870>

Referências

1. Abdelnour & Médas (2019). *Les Nouveaux Travailleurs des Aplis*, PUF, Paris
2. Bavel, J.J.V., Baicker, K., Boggio, P.S. et al. (2020). Using social and behavioural science to support COVID-19 pandemic response. *Nature Human Behavior* 4, 460–471 <https://doi.org/10.1038/s41562-020-0884-z>
3. Chenneville, T. & Schwartz-Mette, R. (2020). Ethical Considerations for Psychologists in the Time of COVID-19. *American Psychologist*, Advance online publication, 1-11.
4. De Charms, R. (1968). *Personal Causation*. New York: Academic Press.
5. Esprit Editorial (2019). *La transition permanente*, Esprit, septembre.
6. Hochschild, A. (2013). *The Outsourced Self, USA*, ISBN-10: 1250024196
7. Levy, B-H (2019). *L'Empire et les cinq rois*, Paris, Edit de Poche.
8. Marques, E.; Moraes, C.; Hasselmann, M.; Deslandes, S.; Reichenheim, M. (2020). Violence against women, children, and adolescents during the COVID-19 pandemic: overview, contributing factors, and mitigating measures. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(40), 1-6.
9. Okabayashi, N.; Tassara, I.; Casaca, M.; Falcão, A. & Bellini, M. (2020). Violence against women and the femicide in Brazil - impact of social distancing for COVID-19. *Brazilian Journal of Health Review*, 3(3), 4511-4531.
10. Sammons, M.; VandenBos, G. & Martin, J. (2020). Psychological Practice and the COVID-19 Crisis: A Rapid Response Survey. *Journal of Health Service Psychology*, 46, 51-57.
11. Santos, B. S. (2020). *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina.
12. Shojaei, S. F., & Masoumi, R. (2020). The importance of mental health training for psychologists in COVID-19 outbreak. *Middle East Journal of Rehabilitation and Health Studies*, 7(2), e102846. <http://dx.doi.org/10.5812/mejrh.102846>
13. Sutherland, T. (2013). Liquid networks and the metaphysics of flux: ontologies of flow in an age of speed and mobility. *Theory Culture & Society*, v. 30, n. 5, p. 3-23.
14. Taylor, S. (2019). *The Psychology of Pandemics: Preparing for the Next Global Outbreak of Infectious*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.
15. Touraine, A. (2018). *Nous Sujets Humains*, Paris, Seuil.

Os Impactos no Mundo do Trabalho e a Prática Reflexiva Telepresencial no Contexto da Pandemia

José Carlos Zanelli (Instituto Zanelli)
Antônio Virgílio Bittencourt Bastos (CFP)
André de Carvalho Barreto (FENAPSI)

Os danos colaterais da COVID-19 podem ter consequências maiores que a morbidade e a mortalidade, bem além da demanda de tratamento médico imediato, da superlotação hospitalar e do distanciamento interpessoal. Danos vinculados aos fenômenos conhecidos como “doenças mentais” estão em progressivo aumento e sobrevirão em magnitude, como uma onda da subsequência pandêmica (Borges, 2020; Tseng, 2020). Ante tal prenúncio e a desatenção com a saúde e o bem-estar, temos que analisar como os psicólogos profissionais em organizações podem contribuir, por meio de procedimentos de redução de danos, visando à proteção psicossocial da coletividade e seus impactos na economia e na reestruturação dos processos de trabalho.

A inserção do psicólogo no mundo das organizações de trabalho está nas origens da própria psicologia como campo aplicado. Ao longo de mais de um século, em que conceitos, princípios e modelos de ação e instrumentos desenvolvidos por psicólogos foram sistematicamente aplicados a diferentes contextos da produção de bens e da prestação de serviços, consolidou-se um campo de atuação amplo, diversificado, com um conjunto rico de formas de lidar tanto com os processos organizativos quanto com os seus impactos nos grupos e nas pessoas.

Nossos modelos de intervenção – desde campos clássicos como recrutamento de pessoal, treinamento, avaliação de desempenho, entre outros, até intervenções no campo da saúde do trabalhador – foram construídos e se modificaram ao longo da sua história. De intervenções mais simples e centradas em pessoas, avançou-se para intervenções mais complexas, mais estratégicas e centradas em coletivos de trabalhadores. A atuação no campo, tradicionalmente, efetivou-se em forma presencial, estando o psicólogo em contato direto com os fenômenos com os quais deveria lidar, no geral em organizações dos mais diferentes tipos e segmentos produtivos. A presencialidade era uma marca, inclusive, das atividades de consultoria, quando o profissional não tinha vínculo empregatício com a organização. Esse trabalho não é de agora, vem sofrendo os impactos das transformações em curso no mundo do trabalho, inclusive com o avanço das novas tecnologias e a ampliação do trabalho realizado a distância ou mediado por tecnologias de comunicação.

A pandemia da COVID-19 impôs uma ruptura sem precedentes, o que está por exigir ajustes, mudanças, reestruturação nas atividades profissionais, inclusive do psicólogo, aí incluídos os psicólogos organizacionais e do trabalho. Os impactos da crise sanitária que vivemos atualmente vão, certamente, muito além das mudanças nas rotinas e nos processos de trabalho. A ela se associa uma crise econômica global que afetará diferentemente as economias nacionais às quais, em função dos seus fundamentos, poderá gerar mais desemprego e maior precarização das condições de trabalho. Mesmo pensando em contextos organizacionais, os impactos na saúde e as necessárias medidas sanitárias estão a exigir formas criativas e inovadoras de manter o compromisso em construir ambientes de trabalho mais saudáveis que reduzam os danos a todos os envolvidos na vida das organizações.

O presente texto busca refletir sobre as transformações no mundo do trabalho, as reestruturações em curso no atual momento como fundamento para uma proposta que nos parece importante contribuição que os profissionais da psicologia podem oferecer. Uma contribuição por meio de procedimentos de redução de danos e visando à proteção psicossocial da coletividade, sem perder de vista os impactos das mudanças e da produtividade.

O mundo do trabalho em breve síntese

O paradigma taylorista-fordista que marca o mundo industrial a partir dos primórdios do século XX e o contrapeso de uma estrutura sindical que assegurou algum poder à classe trabalhadora nos ofereceu uma sensação de estabilidade e continuidade até mais da metade do século XX. Especialmente nos países centrais, sobretudo europeus, as políticas de bem-estar social também contribuíram para um sentimento de equilíbrio e estabilidade do mundo do trabalho, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, quando a economia viveu, sob a hegemonia dos Estados Unidos, um período de prosperidade, apesar das tensões geopolíticas. Grandes organizações, contratos de trabalho de longa duração, políticas de recompensas associavam-se à noção de uma carreira longa dentro da empresa, de expansão de um mercado consumidor, melhoria das condições de vida, suporte nas perdas de emprego e assim por diante. Tal realidade, diga-se de passagem, não era hegemônica em todos os países, especialmente entre os periféricos da ordem capitalista mundial.

Essa ordem aparentemente estável passou por profundo abalo, a partir dos anos 1970, com a crise de petróleo que interrompeu anos de crescimento econômico e certa distribuição de renda nas sociedades ocidentais. Mudanças geopolíticas, com a crise das sociedades socialistas, abalaram o mundo bipolar que se estruturara após a Segunda Guerra Mundial. Em paralelo, as mudanças tecnológicas não cessaram de produzir grandes impactos nos processos produtivos e na configuração de um mundo globalizado, no qual as noções de tempo e espaço foram relativizadas. Estávamos diante de uma Terceira Revolução Industrial caracterizada pelo avanço da informatização e automação dos processos produtivos. Esse avanço tecnológico transformou o Japão em uma grande potência econômica e seu modelo de organização do trabalho passou a ser um modelo a ser transferido para as sociedades ocidentais. Isso, por seu turno, desencadeou grandes mudanças nos modelos de estruturação e gerenciamento das organizações de trabalho. Tais mudanças, em um contexto de crise do capital, estão na base da emergência de políticas neoliberais que, em síntese, busca responder à demandas de um mundo globalizado e ainda mais competitivo, mantendo ou ampliando os lucros ao lado da redução de direitos do trabalhador e do desmantelamento das políticas que estruturavam o estado de

bem estar social. Com todos esses elementos, temos, então, um final de século XX marcado por profundas alterações não apenas no mundo do trabalho, mas no nível societário, em processos que foram conceituados e amplamente estudados como de globalização e reestruturação produtiva.

Esses processos macrossociais são o pano de fundo que nos permite compreender as mudanças específicas nas organizações, nos trabalhadores e nas formas de trabalhar, que é o foco maior do nosso interesse aqui. Por serem processos que vivemos e continuamos a viver, nosso conhecimento ainda é fragmentado e pouco conclusivo. É importante salientar isso: não temos um mundo e, especificamente, um mundo do trabalho homogêneo, dentro e entre países. Muitas vezes a discussão sobre mudanças e o futuro do trabalho desconsidera essa heterogeneidade e fala do lugar daquele segmento produtivo ou daquele segmento social que se torna mais revelador das transformações em curso. Destacar essa heterogeneidade é importante para nos lembrar de que convivemos, no nosso dia a dia, com organizações virtuais ou organizações altamente tecnológicas ao lado de médias, pequenas e microempresas cujos processos de trabalho são bem menos impactados por tais mudanças. Ou, pior, ainda convivemos com organizações que mantêm relações de trabalho equivalentes ao regime escravagista. Essa diversidade também se aplica quando consideramos as relações de trabalho; sociedades mais “desreguladas” convivem com sociedades que ainda preservam um nível mais elevado de regulamentação dos direitos e deveres do trabalhador. Apesar dessa diversidade, podemos constatar algumas linhas gerais que reconfiguram o mundo do trabalho hoje e que prenunciam direções que parecem estar se consolidando para as décadas vindouras. Alguns termos talvez sintetizem as grandes linhas desta mudança: flexibilização, polivalência, desterritorialização, terceirização e empreendedorismo.

Como argumentam Spreitzer, Cameron & Garrett (2017), a fluidez e a falta de fronteiras claras, quer espaciais ou temporais, são uma baliza que substitui o emprego de tempo integral, estável, realizado por anos ou décadas em uma mesma organização. Assim, passamos a ter muito mais trabalhadores em tempo parcial, empregos informais, temporários; vínculos indiretos com a organização via terceirização, quarteirização; horários flexíveis, teletrabalho. Fica cada vez mais nítida uma separação entre trabalhadores cen-

trais e periféricos como definidos por Antunes (1995). Para os primeiros, mais segurança, maiores recompensas, oportunidades de crescimento e desenvolvimento. Para os segundos, a instabilidade e o simples atendimento do que está prescrito na legislação trabalhista (sempre questionada e, como vimos, recentemente mudada para retirar direitos históricos do trabalhador). Essa distinção é reconhecida por Spreitzer et al. (2017) quando reconhecem que, para os trabalhadores mais especializados e com maiores conhecimentos, esses novos arranjos de trabalho podem se constituir em experiências positivas. No entanto, para os demais trabalhadores, a precarização do trabalho é o termo mais apropriado para descrever a realidade atual, sobretudo quando são considerados os trabalhadores de plataformas digitais (processo de “uberização” do trabalho).

Em outra dimensão, os avanços tecnológicos têm tornado os trabalhos mais cognitivos, mais complexos e mais fluidos. Isso requer um trabalho com um conjunto de competências e habilidades diferenciado. Vivemos hoje o limiar de uma Quarta Revolução Industrial, responsável pela “fábrica inteligente” (Buhr, 2017), na qual as máquinas deixam de ser instrumentos para a ação humana para serem agentes ativos no processo produtivo. Esse processo, que não se limita às empresas industriais e invade a vida social, tem um impacto direto no evento do emprego. O desemprego estrutural tende a crescer, diminuindo as chances de barganha do trabalhador. A insegurança, com todas as consequências para as pessoas, é a tônica dos tempos atuais (De Witte, 2005; Lee et al., 2018).

No caso brasileiro, essas transformações ganham tonalidade especial quando se considera o fato de vivermos uma das maiores crises econômicas da nossa história, certamente agravada profundamente pelos efeitos da pandemia da COVID-19. Estagnação econômica e níveis pífios de crescimento nos anos em que isso aconteceu, determinam um enorme contingente de desempregados, subempregados e trabalhadores informais. Nesse cenário, aprofundam-se as revisões da legislação trabalhista, enfraquece-se a ação dos sindicatos, agravando o desequilíbrio das relações de poder entre capital e trabalho.

A organização de trabalho e a COVID-19

A organização de trabalho pode ser compreendida como a relação dinâmica entre força de trabalho, estrutura, liderança e gerenciamento de uma organização (Turner, 2020). Os autores Zanelli e Silva (2008) argumentam que as organizações de trabalho são sistemas sociais técnicos e abertos que têm como objetivo alcançar fins determinados. Como coletividade estabelecida, estão em interações e tensões de coalizão interna e externa (Katz & Kahn, 1978). A coalizão interna refere-se aos trabalhadores da organização com poder informal e/ou formal, incluindo os que executam e tomam decisões na organização. A externa pode ser compreendida como os não trabalhadores da organização, mas cujas ações e decisões podem afetar os comportamentos dos trabalhadores (Zanelli & Silva, 2008). Outrossim, o envolvimento entre funcionários, gestores e políticas pode promover um alinhamento ou, em oposição, incongruência organizacional e desengajamento dos implicados nas organizações de trabalho.

Os sistemas sociais cumprem funções essenciais na organização de trabalho. As funções de adaptação, consecução dos objetivos, integração e latência dos valores e crenças das pessoas são, algumas vezes, fronteiriças a forças de controle (pressões do ambiente, imposição de regras, valores e expectativas compartilhadas) que podem reduzir a variabilidade da pessoa no contexto de trabalho (Zanelli & Silva, 2008). Em determinadas situações, essa tensão é produtora de sofrimento psíquico, especialmente no choque entre a história pessoal da pessoa, seus projetos, esperanças e desejos com uma organização laboral que os ignora (Dejours, 2016). O gestor – que representa quem detém parte do poder nessa dinâmica – passa a ter função significativa na construção social da realidade da organização de trabalho.

Na história das pandemias mundiais, a causada pela COVID-19 tornou-se uma das crises centrais de saúde, de relações interpessoais e econômica. A pandemia afetou pessoas de todas as nações, continentes, etnias e organizações (Shanafelt, Ripp & Trockel, 2020). As experiências de surtos anteriores não ocasionaram mudanças tão expressivas na organização de trabalho como a da COVID-19. Durante o surto do vírus ebola, de 2014 até 2016 na África Ocidental, por exemplo, os recursos para saúde foram realocados para a

resposta de emergência, mas não se fez necessário o fechamento de empresas. Durante o surto de vírus zika, as mulheres foram as principais afetadas, e a diferença de renda entre homens e mulheres fez com elas tivessem recursos financeiros insuficientes para ir para hospitais para *check-ups* (Weham, Smith & Morgan, 2020).

Na pandemia da COVID-19, as respostas necessárias, como confinamento e quarentena de cidades inteiras, fechamento de organizações, isolamento físico e pedidos de abrigo, mudaram abruptamente a vida cotidiana e organizacional (Shanafelt, Ripp & Trockel, 2020). Cada país respondeu a tais interferências de sua forma, para reduzir seus efeitos nas organizações e na economia. O governo alemão, por exemplo, lançou pacotes para estimular empréstimos, arcou com os empréstimos e apoiou trabalhadores terceirizados. A volta ao trabalho presencial tornou-se opcional. A China, um dos primeiros países afetados pela pandemia, lançou campanhas para incentivar as pessoas a voltarem ao trabalho em locais em que a pandemia estivesse sob controle. Esse governo incentivou a confiança nos trabalhadores e negócios por campanhas, criou infraestrutura para a criação de mais empregos e melhores relações de trabalho. O governo brasileiro criou medidas que não tiveram tanto êxito, como a Medida Provisória (MP) nº 936/2020, que instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Esse programa possibilitou a redução salarial e da jornada de trabalho em até 70% por três meses.

Esse contexto incentivou e obrigou novas dinâmicas nas organizações e relações humanas, como: (a) abertura clandestina de organizações; (b) alternância de turnos e horários de funcionários; (c) autorização pelo Estado da abertura de organizações e, em poucos dias, obrigatoriedade de fechamento; (d) distanciamento físico entre trabalhadores e clientes; (e) flexibilização dos horários de trabalho; (f) implementação de práticas de higienização dos trabalhadores e clientes; (g) incentivo ao serviço remoto de compra e entrega de produtos; (h) necessidade do uso de equipamentos de proteção individual pelos trabalhadores e clientes; (i) número reduzido de trabalhadores por sala; (j) trabalho remoto. Além disso, em um curto espaço de meses, passou-se a ter aumento expressivo de óbitos e afastamentos de trabalhadores por COVID-19, de desempregados, de acordos coletivos e individuais, de processos trabalhistas, de fechamento de organizações e de casos de redução de renda de trabalhadores. Em suma, a coalizão externa interferiu

na coalizão interna na organização de trabalho com intensidade que nunca havia sido vivenciada no macro, meso e microtempo dos sistemas sociais.

Diante dessa dinâmica, o gestor, mesmo o experiente, passou a sofrer a sobrecarga intensificada pelos novos eventos, em suas consequências estressoras bastante conhecidas (Zanelli, 2010) – um contexto psicossocial claramente suscetível à emergência de patologias físicas e mentais que requer intervenções qualificadas dos profissionais psicólogos nas organizações, muito além da clínica remediadora.

As atividades interconectadas que compõem a abrangência de atenção da psicologia neste momento e circunstâncias perpassam: rever processos tradicionais da gestão humana e alargar sua influência nas decisões organizacionais; humanizar efetivamente a organização e tornar o trabalho digno e decente; colocar as experiências e a participação dos trabalhadores em relevo e significado; estabelecer programas de prevenção, promoção e proteção da saúde psicossocial; incrementar competências e fortalecer a cultura digital; e muitas outras atividades (Zanelli & Kanan, 2019). Uma gama de possibilidades de intervenções pode ser trabalhada em processos planejados de aprendizagem, coordenados a partir da prática reflexiva das ações gerenciais, procedimento que apresentamos a seguir.

O processo reflexivo telepresencial compartilhado

Os textos publicados os volumes desta Coleção – *O trabalho e as medidas de contenção da COVID-19: contribuições da Psicologia Organizacional e do Trabalho*, da Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT) – oferecem alternativas de análise e intervenções psicossociais aos gestores, respaldadas em evidências empíricas vigorosas. Abrem claros caminhos para a identificação das necessidades da comunidade organizacional em base de parâmetros renovados, desde que sejam partilhados na prática. Para tanto, considerando os impactos da pandemia e suas consequências para o agravamento da crise no trabalho e nas organizações, finalizaremos este texto com a exposição de um procedimento elaborado para servir como base para a reflexão em um processo integrador e facilitador da aprendizagem para o antes, o durante e o depois das ações gerenciais.

A relevância da reflexão metódica e da prática reflexiva gerencial vem sendo discutida ao longo do tempo por muitos filósofos, pesquisadores e gestores competentes - por exemplo, a elaboração de Schön (2000). Neste momento incomum de nossa história, a reflexão redobra em importância e se revela de extrema utilidade, se houver respeito autêntico aos Direitos Humanos e à Agenda 2030 (Nações Unidas Brasil, 2015). Porém, a reflexão nem sempre é compartilhada, nem sempre é sistematizada por grupos e, sobretudo, nem sempre é sustentada por comprovações científicas. Isso decorre, em grande parte, do exíguo diálogo entre pesquisadores e gestores, pela clausura e pela pressão por resultados, tanto dos pesquisadores quanto dos gestores, nos seus âmbitos específicos de trabalho. Os problemas debatidos em reuniões gerenciais muitas vezes permanecem restritos à busca de “soluções técnicas”, leia-se: resolver os entraves ao desempenho e à produtividade, como se fosse possível desconectá-los da saúde e do bem-estar (Zanelli & Kanan, 2019).

A crise que vivemos expõe as fragilidades das estruturas, políticas e estratégias organizacionais e clama por solidariedade e colaboração – mais do que nunca, valores de insólita relevância. A cooperação, para Dejours (2016), “é a mediação imprescindível na formação e na renovação das solidariedades contra o sofrimento no trabalho” (p. 330). O procedimento apresentado de forma resumida a seguir é um recurso de cooperação que objetiva desenvolver competências gerenciais para construir ambientes de trabalho colaborativos e reflexivos, saudáveis e produtivos (Zanelli & Tostes, 2019).

O procedimento deve integrar o plano de ações (da gestão humana e outras) que a organização já realiza ou deve realizar, na totalidade de seus subsistemas, em resposta aos desafios que estão colocados pela pandemia/crise. Viabiliza-se como processo grupal, de suporte para o enfrentamento do estresse e manutenção dos vínculos afiliativos. Passar pelas sessões planejadas de trocas reflexivas escancara “o quanto o controle coercitivo destrói a confiança, a consideração mútua e a cooperação” e o quanto desconstrói os “objetivos da própria organização” (Zanelli & Tostes, 2019, p. 13). Contar com o apoio social e ter percepção de ajuda, em relações de afinidades interpessoais, em encontros planejados e mediados por especialistas, por si, revelam-se como recurso protetor da saúde e bem-estar.

A Prática Reflexiva proposta começa pela formação de Grupos de Reflexão (GRs), idealmente, nas posições de maior poder, para que se conscientizem da força do procedimento em suas possibilidades de revitalização organizacional, para que esclareçam dúvidas e, também, exercitando reflexão, afastem receios injustificados relativos aos efeitos potenciais da Prática. Espera-se que a quantidade de GRs seja ampliada e inclusiva, tanto quanto possível, a partir do desenvolvimento dos primeiros GRs.

Para ampliar as oportunidades de manifestações individuais, quando a execução do procedimento é exclusivamente *online*, todos os GRs ficam restritos a quatro ou cinco participantes (de preferência, compostos em relações de afinidade interpessoal), coordenados por um profissional facilitador e um auxiliar. A execução é pautada por temas ou assuntos que são escolhidos por sua pertinência com os problemas cotidianos dos participantes. São trabalhados em sessões semanais, ou quinzenais, de 90 minutos. Os temas, nas primeiras sessões, são indicados pelo profissional facilitador e pelo auxiliar, em conjunto com os profissionais responsáveis pelo programa de treinamento e desenvolvimento ou de saúde ocupacional, por programas com outras denominações ou, simplesmente, no contexto da gestão de pessoas, a depender da alocação da Prática Reflexiva em algum deles. Após a segunda ou terceira sessão, a seleção dos tópicos é decidida em escolhas negociadas no GR, em sintonia estreita com as necessidades dos participantes, explicitadas na evolução da Prática.

Os participantes são incentivados a manter registros escritos das experiências e das aprendizagens, tanto durante as sessões como nos períodos entre as sessões, para relatá-las no início da sessão seguinte. As sessões são planejadas de modo a facilitar o intercâmbio de experiências e sugestões propositivas, em uma sequência que começa com o destaque de eventos primordiais para cada participante durante o período ou intervalo entre a última sessão e a atual. Em seguida, realiza-se a leitura da síntese conceitual em foco, buscando a compreensão compartilhada e as reflexões decorrentes. Exercícios e vivências ativas são coordenados em vinculações diretas com a atuação dos participantes e consequentes elucidações da prática diária.

Esta é a sequência apresentada por Zanelli e Tostes (2019) para cada sessão: 1. Eventos recentes (20'); 2. Objetivos da Sessão Nº ... (02'); 3. Introdução ao tema (05'); 4. Exercício

1 (20'); 5. Conceitos básicos relativos ao tema (05' a 10'); 6. Exercício 2 (20'); 7. Comentários em destaque (03' a 05'); 8. Lembretes (03'); 9. Questões de arremate (03' a 05'). Obviamente, essa estrutura básica é ajustável ao contexto e às demandas previstas para cada sessão.

Etapas:

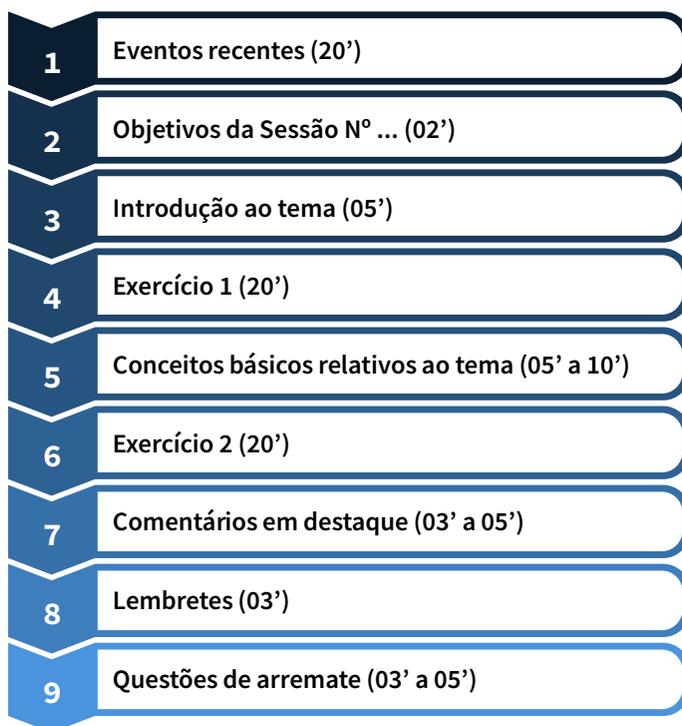


Figura 1. Sequência apresentada por Zanelli e Tostes (2019), ajustável ao contexto e às demandas previstas para cada sessão.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Esse procedimento de Prática Reflexiva proporciona aos profissionais (coordenadores e participantes dos GRs) tornarem-se colaboradores das reconstruções organizacionais e do trabalho, pautados pelas necessidades coletivas. Para iniciar, sugerimos preparar sínteses dos textos desta Coleção e outros publicados pela SBPOT, no formato de apre-

sentação, bem como elaborar material próprio, ou valer-se de outras sínteses – por exemplo, as apresentadas por Zanelli e Tostes (2019). Trata-se de um instrumento tanto para o profissional psicólogo como, uma vez compreendido, para ser difundido por meio das ações dos gestores em suas unidades e, progressivamente, adentrar toda a organização.

Consideração final

Partindo da premissa socrática de que o conhecimento pode nos tornar humanos melhores, concluímos que o trabalho decente e um mundo digno advirão de ações fundamentadas em evidências científicas e princípios éticos coerentes. As circunstâncias que estamos vivendo exigem modos renovados de responder às necessidades ou pressões impostas. Com a Prática Reflexiva aqui apresentada, pretendemos incentivar o planejamento e a execução de procedimentos interativos, adaptáveis e inclusivos (tanto de participantes como de temas), para (re)construir ambientes de trabalho colaborativos, reflexivos e assertivos – inevitavelmente produtivos, porém saudáveis e sustentáveis.

José Carlos Zanelli

Doutor em Educação/Psicologia pela Universidade de Campinas (UNICAMP, 1992), com três pós-doutorados e permanências em universidades e outras instituições norte-americanas, latino-americanas e europeias (USP, 1998; PUCAMP, 2007; IPO-Porto, 2014). Mestrado em Psicologia Social das Organizações pela Universidade Metodista de São Bernardo do Campo (1984). Graduado em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB, 1974). Aposentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, há mais de 10 anos é Diretor do Instituto Zanelli – Saúde e Produtividade.

Mais informações em: <http://lattes.cnpq.br/9763879073138485>

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos

Doutor em Psicologia (UnB, 1994). Professor Titular aposentado de Psicologia Social das Organizações na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atual Superintendente de Avaliação e Desenvolvimento Institucional da UFBA. Pesquisador 1-A do CNPq. Coordenador do Grupo de Pesquisa: Indivíduo, Trabalho e Organizações: aspectos psicossociais. Coorde-

nador de Área da Psicologia na Capes (2011-2018). Atualmente membro do Plenário do Conselho Federal de Psicologia.

Mais informações em: <http://lattes.cnpq.br/3264748971027585>

André de Carvalho Barreto

Doutorando em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará (início 2017), Mestre em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (2008), graduado em Psicologia (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade de Fortaleza (2003), e em Filosofia (Licenciatura) pela Universidade Estadual do Ceará (2003). Tem experiência na área da Psicologia, com ênfase em Saúde Pública, Desenvolvimento Humano, Psicologia Cultural, Psicoterapia.

Mais informações em: <http://lattes.cnpq.br/2060075431463591>

Referências

1. Antunes, R. (1995). Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Sao Paulo ; Campinas. Cortez ; Ed. da UNICAMP, 1995. 155 p.
2. Borges, T. (2020). A quarta onda da pandemia: como a saúde mental virou outra crise do coronavírus. *Correio*. Recuperado de: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/a-quarta-onda-da-pandemia-como-a-saude-mental-virou-outra-crise-do-coronavirus/>
3. Buhr, D. (2017). What about Welfare 4.0?. In CESifo Forum (Vol. 18, No. 4, pp. 15-24). München: ifo Institut-Leibniz-Institut für Wirtschaftsforschung an der Universität München.
4. De Witte, H. (2005). Job insecurity: Review of the international literature on definitions, prevalence, antecedents and consequences. *Journal of Industrial Psychology*, 31(4), 1-6.
5. Dejours, C (2016). Organização do trabalho e saúde mental: quais são as responsabilidades do manager? In: Macêdo, K. B.; Lima, J. G.; Fleury, A. R. D.; Carneiro, C. M. S. (Orgs.). *Organização do trabalho e adoecimento: uma visão interdisciplinar*. Goiânia: Editora da PUC Goiás. [Ebook disponível gratuitamente em <https://site.medicina.ufmg.br/osat/wp-content/uploads/sites/72/2017/06/Livro-organiza%C3%A7%C3%A3o-do-trabalho-e-adoecimento-mpt21-06-2017.pdf>]
6. Katz, D., & Kahn, R. (1978). *Psicologia Social das Organizações*. São Paulo: Atlas.
7. Lee, C. E Huang, G-H. & Ashford, S. (2018). Job Insecurity and the Changing Workplace: Recent Developments and the Future Trends in Job Insecurity Research. *Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior*. 5. 10.1146/annurev-orgpsych-032117-104651.

8. Nações Unidas Brasil (2015). *Agenda 2030 - Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Recuperado de: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>
9. Schön, D. A. (2000). *Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed.
10. Shanafelt, T., Ripp, J., & Trockel, M. (2020). Understanding and Addressing Sources of Anxiety Among Health Care Professionals During the COVID-19 Pandemic. *Journal of The American Medical Association*. doi:10.1001/jama.2020.5893
11. Spreitzer, G. M.; Cameron, L. & Garrett, L. (2017). Alternative work arrangements: Two images of the new world of work. *Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behaviour*, 4, 473–99
12. Tseng, V. (2020, mar. 30). As our friends and colleagues brave the front lines, we must also get ready for a series of aftershocks. It's very hard to plan this far ahead while we're in survival mode. We must prepare early and strategize our response to the collateral damage of #COVID19 [Twitter @VectorSting]. Recuperado de: <https://twitter.com/vectorsting/status/1244671755781898241>
13. Turner, P. (2020) *The Organisation of Work and Employee Engagement*. In: P. Turner, *Employee Engagement in Contemporary Organizations*. Cham: Palgrave Macmillan
14. Weham, C., Smith, J. & Morgan, R. (2020). COVID-19: the gendered impacts of the outbreak. *The Lancet*, 395(10227), 846-848.
15. Zanelli, J. C. & Silva, N. (2008). *Interação humana e gestão: a construção psicossocial das organizações de trabalho*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
16. Zanelli, J. C. (e Col.) (2010). *Estresse nas organizações de trabalho: compreensão e intervenção baseadas em evidências*. Porto Alegre: Artmed.
17. Zanelli, J. C. & Kanan, L. A. (e / y Col.) (2019). *Fatores de risco, proteção psicossocial e trabalho: organizações que emancipam ou que matam = Factores de riesgo, protección psicossocial y trabajo: organizaciones que emancipan o que matan*. 2. Ed. Lages: EDUNI-PLAC. [Ebook disponível gratuitamente em <http://zanelli.com.br/ebook/>]
18. Zanelli, J. C. & Tostes, A. C. (2019). *Prática reflexiva das ações gerenciais: um modo de promover a saúde e o bem-estar sem perder de vista a produtividade*. Curitiba / Florianópolis: Instituto Zanelli.

Formação Profissional e Produção de Conhecimento em Psicologia diante da Pandemia

Roberto Moraes Cruz (rPOT)

Maria Cláudia (ANPEPP)

Rute Bicalho (ANPEPP)

A produção e a difusão de conhecimentos, nas diferentes áreas da ciência, constituem desafios permanentes ao processo civilizatório, à inovação e geração de produtos científicos. Produzir conhecimentos é construir processos de reflexão e argumentos e, portanto, reflete tensões, consensos, dissensos, particularidades, generalizações, orientando-se por teorias e métodos que contribuam para o próprio processo de conhecer a realidade (Cruz, 2016). Difundir amplamente esses conhecimentos é um compromisso ético e científico, ou seja, cientistas e profissionais que fazem parte de uma comunidade em rede, a quem cabe zelar pela qualidade da informação produzida e disponibilizada à sociedade.

Na Psicologia não é diferente. Em momentos críticos e desafiadores como o que se desenhou abruptamente em torno da pandemia provocada pela SARS-Covid-2019, os psicólogos(as) abraçam o compromisso e se colocam a serviço da sociedade em diferentes formas de colaborar para o enfrentamento da referida pandemia e seus efeitos.

Compreender a realidade humana, em suas diferentes manifestações psicológicas, e intervir, sempre que for profissionalmente possível, eticamente desejável e com base nos melhores recursos e argumentos científicos, são compromissos básicos de uma ciência e de uma profissão que almeja colaborar efetivamente na resolução de problemas e no

aperfeiçoamento do conhecimento psicológico sobre a realidade humana. Nesse sentido, quando se afirma que Psicologia é ciência e profissão, busca-se salientar, de forma contundente, que produzir conhecimentos científicos e disseminá-los na sociedade é um paradigma sob o qual se orienta a formação e a atualização profissional dos(as) psicólogos(as) e todos os periódicos em Psicologia.

Neste capítulo nos debruçamos sobre a formação profissional e a produção de conhecimentos em Psicologia, considerando os problemas e desafios educacionais suscitados pela pandemia.

Formação de psicólogos(as) no contexto da pandemia

Os processos de formação e atualização profissional em Psicologia, realizados basicamente nos cursos de graduação e pós-graduação e complementados nas demais oportunidades de capacitação em eventos técnico-científicos, dentro e fora dos espaços do exercício da profissão, partem da premissa de que esses são espaços e situações privilegiados ao desenvolvimento das habilidades de conhecer (o que se denomina, genericamente, de processo de reflexão e crítica) e das habilidades de intervenção profissional (ao atender, de forma qualificada e especializada, as diferentes demandas da população) (Cruz, 2016b; Cruz, 2016c).

O objetivo principal da formação e da atualização profissional em Psicologia é promover o desenvolvimento de competências científicas e profissionais entre os aprendentes, ou seja, implica aperfeiçoar a reflexão crítica e científica, com base no conhecimento prévio e contemporâneo aos fatos (Iñesta, 2006). É um processo que envolve a imersão na realidade e a integração de valores, sentimentos, habilidades pessoais de comunicação verbal, escrita, uso de recursos técnicos e, especialmente, de identificação com a profissão, com suas demandas e desafios (Sadykova et al., 2019).

A responsabilidade civil e profissional dos(as) psicólogos(as) acentua-se à medida que aumenta a interação entre o processo de formação e as exigências de atendimento de demandas da população e das instituições sociais. A expectativa é de que esse processo

de interação produza a maior quantidade de benefícios possíveis para os envolvidos, assim como possibilite uma atuação profissional compromissada com os valores éticos e científicos explicitados nos princípios em torno dos quais se assenta a profissão (Dueñas Becerra, 2003). Formar pessoas para atuar profissionalmente, considerando a base educacional, a diversidade cultural e os problemas econômicos em um país, é uma tarefa complexa e de responsabilidade social acentuada. Assim, é possível afirmar que a qualidade da formação de gerações de psicólogos(as) brasileiros(as) é um aspecto fundamental à integração entre ciência e profissão (Cruz, 2016a).

O contexto atual da pandemia da SARS-Covid-2019, de crise na saúde pública, tem produzido efeitos relevantes sobre a dinâmica da sociedade, em termos de mobilidade social, empregabilidade e perdas econômicas, assim como na saúde física e mental das populações, especialmente as mais vulneráveis (Brooks et al., 2020). Observa-se, de fato, a necessidade dos cientistas e profissionais, de diferentes áreas, de contribuírem na assistência, na segurança e no provimento de recursos necessários à redução da velocidade de difusão da doença e na mitigação de seus resultados na saúde das pessoas, especialmente se considerarmos que as políticas e ações de prevenção da contaminação e de redução de danos não conseguem alcançar as comunidades periféricas das cidades, em razão das condições sanitárias precárias.

Nesse contexto, verifica-se o incremento recente de produções científicas em Psicologia que discutem a relação entre o temor pela exposição ao contágio, a situação de isolamento e confinamento da população e a acentuação de problemas na saúde mental (Barros-Delben et al., 2020; Cruz et al., 2020). Além disso, são ampliados os estudos em populações infectadas pelo coronavírus e entre os profissionais expostos diretamente aos riscos de contaminação, especialmente aqueles que atuam em hospitais e postos de saúde, em função dos registros de exaustão, redução da empatia, ansiedade, irritabilidade, insônia e decaimento de funções cognitivas e do desempenho social e profissional (Brooks, 2020; Schmidt et al., 2020). Há, também, produções recentes sobre os efeitos da pandemia no aumento da violência social e doméstica, em casos de suicídio, no processo de luto e perdas, além da manifestação de sintomas de estresse agudo, poucos dias após a implementação da quarentena (Crepaldi et al., 2020; Enumo, 2020).

Educação e formação profissional em Psicologia: reflexões a partir da escolarização na modalidade remota

As transformações sociais, econômicas, tecnológicas e comportamentais em curso, intensificadas pela SARS-Covid-2019, têm acentuado a necessidade de produção de conhecimentos e de aprimoramento da intervenção em situações de crises e emergências, na orientação, atendimento e tratamento psicológicos mediados por tecnologias de informação e comunicação, assim como na promoção de novos processos de capacitação profissional baseados na integração teoria-prática.

De certa maneira, essas transformações, provocadas e/ou intensificadas pelo contexto da pandemia, tiveram efeitos nas políticas públicas, na gestão da saúde e, mais especificamente, na vida pessoal, familiar e profissional das pessoas, e já estão influenciando a produção de conhecimentos psicológicos sobre os impactos da pandemia na saúde mental, na vida e no trabalho em sociedade. De igual maneira, também é possível perceber, visivelmente, uma maior participação dos(as) psicólogos(as) no enfrentamento dos problemas psicológicos exacerbados nesse contexto de pandemia. Todos esses aspectos impõem, certamente, desafios à atualização do ensino e ao exercício profissional dos psicólogos brasileiros.

A suspensão das atividades pedagógicas presenciais, a partir de março de 2020, teve como objetivo possibilitar o distanciamento social necessário à prevenção do contágio e disseminação extensiva entre as pessoas. A necessidade de continuar a garantir a oferta de escolarização levou à substituição emergencial das relações face a face, na sala de aula, por uma modalidade educacional nova, inspirada na educação a distância, a que se denominou educação remota. Essa solução levou a vários problemas e suscitou diferentes questionamentos, dos quais vamos abordar dois à luz da Psicologia: a transposição para a educação básica de um modelo de funcionamento educacional a distância, pensado, originalmente, para a educação de adultos, demandando dos professores competências e criatividade; e os desafios inerentes à realização de disciplinas práticas e estágios profissionalizantes, como parte da formação de psicólogos, no contexto da educação remota.

A pandemia foi portadora de desafios, ao exigir a rápida suspensão das atividades educacionais presenciais e demandar a busca de soluções alternativas, que resultaram no recurso à educação remota. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2020), a suspensão das aulas devido ao fechamento das instituições educacionais afetou mais de 1,5 bilhão de estudantes em todo o mundo. Os custos sociais, econômicos e desenvolvimentais dessa medida são elevados, sobretudo em relação à educação básica e, especialmente, quando nos referimos a crianças e jovens em vulnerabilidade social. Sabemos que as escolas não são apenas espaços de aprendizagem formal, mas de socialização, desenvolvimento da consciência ética e, ainda, em um país desigual, de garantia de segurança alimentar dos estudantes, em especial, em situação de crescente desemprego e crise econômica decorrente da pandemia no Brasil.

Diante do agravamento das disparidades socioeconômicas, é possível observar a redução das oportunidades de desenvolvimento da população infantojuvenil, o aumento das chances de evasão escolar e a fragilização das redes de proteção (INEE, 2016). Quanto mais tempo longe do sistema escolar, mais chances de abandono dos estudos formais (Hodges, Moore, Lockee, Trust, & Bond, 2020), por exemplo, porque são demandados a contribuir financeiramente com a renda familiar.

A educação remota – quase sempre mediada por tecnologias da informação e comunicação (TIC) é a alternativa possível quando se trata de mitigar os efeitos da ausência da escola, mantendo o contato das crianças e jovens com o sistema escolar e mantendo os vínculos de confiança entre pares e com os professores. Ao mesmo tempo, essa alternativa comporta diferentes desafios, muitos dos quais não estão sendo enfrentados, muito menos solucionados. Em primeiro lugar, a educação remota tem sido pensada como uma transposição das mesmas condições da sala de aula, com exceção da presença física em igual espaço, sem considerar muitas vezes as particularidades do contexto de estudo dos estudantes, seus recursos materiais e apoio familiar. Depois, embora possa prescindir das TIC, utilizando recursos gráficos impressos e audiovisuais de outra natureza, como TV e rádio, no presente contexto da pandemia, a educação remota, com exceções, foi pensada tendo o acesso às tecnologias digitais por professores e estudantes como

norma – o que não é realidade sequer para estudantes do ensino superior. Também, as propostas sustentam-se em uma imagem profissional de professores supostamente competentes e autônomos no planejamento didático e na condução de aulas, interessantes e motivadoras, com base em tais recursos, algo que as pesquisas evidenciam que nem sempre ocorre.

Um aspecto a ser enfatizado é a diferença entre educação a distância (EaD) e educação remota. A EaD está prevista na legislação educacional brasileira (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, 1996) como ação educacional em resposta às situações emergenciais que podem afetar a educação básica. Entretanto, a EaD, por definição (Decreto 9.057, de 2017), prevê a utilização de TIC, uma mediação didático-pedagógica adequada às características do mundo virtual, a presença de profissionais qualificados, além de dever atender a dispositivos legais e marcos regulatórios (Brasil, 2017). Em razão da necessidade de mudança abrupta, na adaptação à emergência sanitária da COVID, não houve tempo nem oportunidade para se extrair o melhor proveito das experiências educacionais já existentes no âmbito da EaD.

Promover dinâmicas de ensino e aprendizagem remotamente não é algo simples, e a complexidade envolvida pode produzir estresse e insatisfação nos atores educacionais. Professores e estudantes nem sempre contam com apoio para o planejamento e as aprendizagens em circunstâncias tão peculiares, produzidas em tão pouco tempo. Mostra-se um desafio complexo, sobretudo, realizar educação remota inclusiva, ou seja, que considere as necessidades de desenvolvimento e aprendizagem próprias do público infantojuvenil, e de cada criança e adolescente em particular. Nesse cenário, a psicologia escolar crítica, por exemplo, que vem trabalhando há décadas para ressignificar as queixas escolares e promover a qualidade da educação básica, se vê desafiada a contribuir para diminuir os impactos negativos da pandemia sobre a qualidade da educação, de modo que nenhum estudante fique para trás.

O Conselho Nacional de Educação (CNE/MEC), ao emitir o parecer nº 05/2020, reconheceu as dificuldades de muitas crianças e jovens, expostos por ora à educação remota, no acesso às tecnologias digitais. Segundo dados da pesquisa [Cetic.br/NIC.br/Fundo](https://cetic.br/nic.br/fundo) das

Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2020), há 4,8 milhões de crianças e adolescentes, de 9 a 17 anos de idade, vivendo em domicílios sem acesso à internet no Brasil. Portanto, caso o processo de escolarização remota se prolongue e siga exclusivamente mediado por tecnologias digitais, cerca de 17% do segmento infantojuvenil pode permanecer excluído do direito social à educação. Nos termos do parecer:

A fim de garantir atendimento escolar essencial, propõe-se, excepcionalmente, a adoção de atividades pedagógicas não presenciais a serem desenvolvidas com os estudantes enquanto persistirem restrições sanitárias para presença completa dos estudantes nos ambientes escolares. Estas atividades podem ser mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação, principalmente quando o uso destas tecnologias não for possível (CNE/MEC, 2020).

Nas circunstâncias atuais, que exigiram respostas educacionais rápidas, devem ser objeto de nosso monitoramento alguns movimentos, talvez apressados, das instituições de ensino que podem ter se adaptado, acriticamente, das atividades escolares presenciais para situações não presenciais. Tal atitude pode estar colaborando, ou legitimando, decisões que podem contribuir para o agravamento de problemas educacionais já existentes. Como a abordagem histórico-cultural em Psicologia ajuda a compreender, o desenvolvimento de processos psicológicos superiores – como a aprendizagem significativa – depende de, pelo menos, dois processos complementares, a mediação semiótica do psiquismo (construção de novos significados e sentidos) e a mediação instrumental da atividade (quando novos instrumentos convertem-se em recursos culturais para o desenvolvimento e a aprendizagem). Experiências educacionais carentes dessas formas de mediação não promovem aprendizagem e sequer desenvolvimento, além de fragilizar o vínculo professor-estudante.

Um aspecto preocupante é a elevada expertise exigida de pais e familiares no apoio a processos de aprendizagem de seus filhos no entorno doméstico. A aprendizagem pode ser comprometida quando o estudante não encontra um ambiente familiar propício e motivador para realizar seus estudos e desenvolver alguma autonomia. Pesquisas realizadas com estudantes da educação básica que estudam a distância indicam que, quando

não há ambiente minimamente favorável, a probabilidade de o estudante desistir dos estudos é maior (CREDO, 2015; Zhou, Wu & Zhou, 2020), pois inicia um ciclo de baixas notas, autoconfiança para aprender e ausência de pessoas de referência para oferecer o suporte emocional em situações emergenciais (INEE, 2016).

Tudo isso afeta a qualidade da relação família-escola e leva ao distanciamento entre a escola e a realidade concreta dos estudantes. Ressaltamos como simplista a ideia de que produzir materiais didáticos impressos, ou em vídeo, poderia garantir a qualidade dos processos pedagógicos para crianças e jovens. Se, por um lado, essas alternativas contribuem para compensar a falta de recursos tecnológicos no ambiente doméstico, por outro, não resolvem a questão da mediação pedagógica qualificada, pois esta se refere ao papel social dos professores.

Por fim, é possível compreender que, historicamente, muitas das críticas dirigidas à (falta de) qualidade da educação acabam recaindo no papel dos professores, como se estes sozinhos pudessem resolver problemas sistêmicos e duradouros que impactam a educação pública, elevando sua qualidade. Uma vez mais, vemos na educação remota uma nova fonte de pressão sobre eles, de quem se espera planejar atividades coerentes, consistentes e criativas, que possibilitem as aprendizagens na ausência da figura do professor e dos pares.

Percebemos, em relação ao ensino remoto, que, na ausência de modelos para a prática, muitos professores têm buscado construir as referências para formas de ação e mediação didático-pedagógica que tomam por base as próprias experiências e conhecimentos anteriores, importados do contexto de sala de aula (presencial/física). São tantas as incertezas, que professores seguem ensaiando, experimentando. Mas, mesmo nesse cenário desconhecido, as tentativas de lidar com o novo, à luz dos princípios pedagógicos tradicionais, podem contribuir para a saturação desses princípios e a emergência de novos significados relacionados à função docente e suas práticas de ensino, de forma criativa e inovadora, com efeitos mais duradouros, que se estendam inclusive para o futuro, pós-pandemia, desde que apoiadas por ações governamentais e políticas públicas.

Que contribuição a Psicologia pode prestar em todo esse processo? Contextos educativos sempre constituíram um espaço importante para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e como profissão, ao passo que esta contribuiu muito, no processo histórico, para que a educação pudesse identificar seus problemas e enfrentá-los, na busca de soluções para qualificar e fortalecer a educação escolar. Como as reflexões sobre psicologia escolar e educacional podem contribuir para o enfrentamento dos desafios do momento e que lições devemos extrair do que há de novo nas dinâmicas de ensino e aprendizagem para uma formação em psicologia socialmente comprometida com os problemas contemporâneos?

Ao lidar com fenômenos sociogenéticos, em constante transformação histórica mediada por processos socioculturais, um dos maiores desafios enfrentados pela ciência psicológica consiste na investigação de processos psicológicos no momento em que estes se transformam. Visualizamos nas transformações sociais abruptas provocadas pela pandemia um interessantíssimo experimento social para fomentar a elaboração de novos modelos interpretativos e de investigação psicológica de grande valor. As questões relativas à escolarização remota são parte desse escopo de possibilidades.

Ao mesmo tempo, é importante termos clareza de que diante de fenômenos novos, na maior parte das vezes, não servem as fórmulas prontas e as respostas antigas, elas devem ser coconstruídas. Psicólogos(as) podem construir com os diferentes atores educacionais alternativas para que lidem com os sentimentos e as frustrações que emergem como parte de um processo ainda desconhecido e confuso. Aprender com eles sobre as possibilidades e potencialidades educacionais das novas tecnologias. Podem contribuir com as famílias e os estudantes não apenas na organização das novas rotinas de estudo em ambiente doméstico, mas no tocante a questões emocionais e interpessoais relacionadas ao distanciamento físico, às restrições de movimento e à falta do espaço e das trocas sociais no ambiente da escola, sentida por todos. Podem apoiar os professores na construção de novas referências simbólicas para si mesmos e para sua atuação docente, de forma duradoura e consistente com os crescentes desafios do futuro.

Roberto Moraes Cruz

Psicólogo, especialista em avaliação psicológica, ergonomia e psicologia ocupacional, doutor em engenharia de produção, pós-doutorado em Métodos e Diagnóstico e Medicina Molecular. Atualmente é professor e pesquisador do Departamento e Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Líder do Laboratório de Fatores Humanos (UFSC) e pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Neuropsicologia em Saúde (hospital Universitário-UFSC). Linhas de pesquisa: 1) construção e adaptação de métodos e instrumentos de avaliação de processos psicofisiológicos, psicológicos e psicossociais; 2) avaliação de aspectos clínicos e epidemiológicos em saúde ocupacional; avaliação e gestão de fatores humanos em ambientes isolados, confinados e extremos (ICE). Consultor em programas de saúde e segurança no trabalho, perito psicólogo.

Mais informações em: <http://lattes.cnpq.br/8057719972797248>

Maria Claudia Oliveira

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (1986), Mestrado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1992) e Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2000). Entre 2015 e 2016, realizou projeto pós-doutoral na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Universidade de Aalborg, Dinamarca. Concluiu, em 2009, Estágio Pos-doutoral em Psicologia, na Universidade Autônoma de Madri, Espanha, e antes, em Desenvolvimento Humano na Clark University, Worcester (MA), E.U.A (2005). É membro da Rede SPPREAD International (Social Pedagogy Practice, Research and Development). Coordenadora de Plano de Trabalho financiado pelo programa Capes Print. Professora Associada da Universidade de Brasília, onde desenvolve projetos de pesquisa na área de Psicologia do Desenvolvimento humano no curso de vida, com ênfase no desenvolvimento social no contexto urbano, das escolas e instituições do sistema de garantia de direitos tal como unidades de atendimento socioeducativo. Coordena o LABMIS - Laboratório de Psicologia Cultural e do Núcleo de Estudos das Adolescências Contemporâneas (GAIA). Foi presidente da Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (ABPD), gestão 2010-2012, e antes, a vice-presidente da mesma Associação na gestão 2008-2010. Membro do Diretoria da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação (ANPEPP), gestão 2016-2018.

Mais informações em: <http://lattes.cnpq.br/6281151757179145>

Rute Bicalho

Pedagoga, Psicóloga, Mestre e Doutoranda em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade de Brasília. Doutorado-sanduiche em Psicologia pela Universidade de Barcelona, sob orientação do prof. Dr. César Coll Salvador (grupo GRINTIE), com bolsa financiada pela CAPES. Dupla especialização: 1. Planejamento, Implementação e Gestão de Educação a Distância; 2. Designer Instrucional. Atuação como Gestora Pedagógica no Centro de Educação a Distância da UnB (CEAD/UnB) nos seguintes projetos: 1. formação dos voluntários para atuação na Copa do Mundo 2014 (Programa Brasil Voluntário/Ministério do Esporte); 2. formação dos coordenadores estaduais e municipais para aplicação do ENEM (INEP); 3. formação dos agentes da Anvisa. Atuação como Designer Instrucional do curso a distância da Pós-Graduação em Equoterapia (FF/UnB), dos cursos online da Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (FIOTEC) e da Escola do Trabalhador (Ministério do Trabalho e Emprego). Atuação como coordenadora de tutoria do PRODEQUI/UnB, docente das Faculdades Iesgo e IESB. Experiência em desenvolvimento de formação em EaD, com atuação no IFB, MAPA, FIOCRUZ, CEBRASPE, INSS e PROCAP/UnB. Servidora do Instituto Federal de Brasília, com atuação na Diretora de Educação a Distância, Coordenação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Coordenação e-Tec. Linhas de estudo são: psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem, psicologia escolar, formação docente, educação inclusiva, educação a distância, blended learning, design instrucional e mídias digitais.

Mais informações em: <http://lattes.cnpq.br/0357220242500556>

Referências

1. Barros-Delben, P., Cruz, R. M., Trevisan, K. R. R., Gai, M. J. P., Carvalho, R. V. C., Carlotto, R. A. C., ... Malloy-Diniz, L. F. (2020). Saúde mental em situação de emergência: COVID-19 [Ahead of print]. *Revista Debates in Psychiatry*, 10, 2-12. Recuperado de: https://d494f-813-3c95-463a-898c-ea1519530871.filesusr.com/ugd/c37608_e2757d5503104506b30e-50caa6fa6aa7.pdf
2. Brasil (1996). Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso 10 Jul 2010.

3. Brasil (2017). Ministério da Educação. Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regula o art. 80 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm
4. Brooks, S. K., Webster, R. K., Smith, L. E., Woodland, L., Wessely, S., Greenberg, N., & Rubin, G. J. (2020). The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. *The Lancet*, 395 (10227), 912-920. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30460-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30460-8)
5. Center for Research on Education Outcomes Stanford University (CREDO, 2015). *Online Charter School Study*. Recuperado de <https://guinncenter.org/wp-content/uploads/2019/04/Guinn-Center-Nevada-Virtual-Charters-April-2019.pdf>
6. Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação (CNE/MEC, 2020). *Parecer CNE/CP nº: 5/2020 - Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19*. Recuperado de <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3116>
7. Crepaldi, M. A., Schmidt, B., Noal, D. D. S., Bolze, S. D. A., & Gabarra, L. M. (2020). Terminality, death and grief in the COVID-19 Pandemic: emerging psychological demands and practical implications. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 37. e200090. Epub June 01, 2020. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-0275202037e200090>
8. Cruz, R. M. (2016a). Formação científica e profissional em psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(1), 3-5. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003512016>
9. Cruz, R. M. (2016b). Competências científicas e profissionais e exercício profissional do psicólogo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(2), 251-254. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003522016>
10. Cruz, R. M. (2016c). Avaliação do Impacto da Formação Profissional de Psicólogo na Sociedade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(3), 505-507. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003632016>
11. Cruz, R. M., Borges-Andrade, J. E., Moscon, D. C. B., Micheletto, M. R. D., Esteves, G. G. L., Delben, P. B., ... & Carlotto, P. A. C. (2020). COVID-19: emergência e impactos na saúde e no trabalho. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 20(2), I-III.
12. Dueñas Becerra, J. (2003). Psicología y ética en función de la atención al usuario. *Acimed*, 11(3), 13-14.
13. Enumo, S. R. F., Weide, J. N., Vicentini, E. C. C., Araujo, M. F., & Machado, W. L. (2020). Enfrentando o estresse em tempos de pandemia: proposição de uma cartilha. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 37, e200065. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0>
14. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). (2020). *UNICEF alerta: garantir acesso livre à internet para famílias e crianças vulneráveis é essencial na resposta à Covid-19*. Recuperado de <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-alerta-essencial-garantir-acesso-livre-a-internet-para-familias-e-criancas-vulneraveis>

15. Hodges, C., Moore, S., Lockee, B., Trust, T., & Bond, A. (2020). The Difference Between Emergency Remote Teaching and Online Learning. *Educause Review*. Recuperado de: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning#fn11>
16. Iñesta, E. R. (2006). Competencias conductuales: su pertinencia en la formación y práctica profesional del psicólogo. *Revista Mexicana de Psicología*, 23(1), 19-26.
17. Inter-Agency Network for Education in Emergencies (INEE, 2016). Psychosocial Support and Social and Emotional Learning for Children and Youth in Emergency Settings. Inter-Agency Network for Education in Emergencies (INEE) Background Paper. Recuperado de: <https://www.fmreview.org/education/anderson-mendenhall>
18. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). (2020). *O surto da COVID-19 também é uma grande crise da educação*. Recuperado de <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse/globalcoalition>
19. Sadykova, N. M., Zhubanazarova, N. S., Baimoldina, L. O., Akhtaeva, N. S., & Omirbek, G. A. (2019). Psychological research of the formation of professional identity in psychology students. *Вестник КазНУ. Серия психологии и социологии*, 69(2), 18-23. Recuperado de: <https://bulletin-psysoc.kaznu.kz/index.php/1-psy/article/view/927>>. Дата доступа: 17 July 2020
20. Schmidt, B., Crepaldi, M. A., Bolze, S. D. A., Neiva-Silva, L., & Demenech, L. M. (2020). Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). *Estudos de Psicologia* (Campinas), 37, e200063. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0275202037e200063>
21. Zhou, L., Wu, S., Zhou, M., & Li, F. (2020). 'School's Out, But Class' On', The Largest Online Education in the World Today: Taking China's Practical Exploration During The COVID-19 Epidemic Prevention and Control As an Example. *But Class' On', The Largest Online Education in the World Today: Taking China's Practical Exploration During The COVID-19 Epidemic Prevention and Control As an Example (March 15, 2020)*.

Esta página foi deixada em branco intencionalmente.

Atuação Profissional no Contexto da Saúde e Hospitalar de Psicólogos para o Enfrentamento da Pandemia da COVID-19

Maria Geralda Viana Heleno (ABPSA)

Miria Benincasa Gomes (Universidade Metodista de São Paulo)

Suzana da Rosa Tolfo (UFSC)

Priscila Gasperin Pellegrini (UFSC)

Este capítulo inicia com uma breve reflexão sobre a regulamentação e a normatização das profissões, definidas por leis que determinam as relações de trabalho e os deveres relativos à ocupação. As profissões se estabelecem a partir de anseios sociais, e os profissionais precisam adquirir conhecimento especializado e procedimentos adequados para exercê-las. Esses devem ser permeados por preceitos éticos e morais que fundamentem os serviços a serem prestados à comunidade.

A formação do psicólogo é determinada de acordo com as competências prescritas para os profissionais de nível superior e definidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais pelo Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2004; Brasil, 2011). Essa atuação profissional tem como objetos os fenômenos e processos psicológicos, com vistas a compreender a pessoa de forma integral e na interface com campos afins do conhecimento.

A atuação do psicólogo teve maior reconhecimento nos últimos anos e em grande parte pela sua inserção em vários contextos do sistema de saúde pública – Sistema Único de Saúde (SUS). A atenção à saúde pública tem como princípio: “o cuidado com a saúde do cidadão, incluindo atenção básica e especializada, ações e serviços de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação” (Ministério da Saúde, 2020), que estão alinhados aos

princípios da psicologia da saúde. A inserção no SUS permitiu ao psicólogo conhecer a realidade e as necessidades das comunidades, fato que favoreceu sua atuação por meios de intervenções baseadas em evidências e, portanto, mais eficazes (Campos, 1999). Mas, apesar de todo o rol de intervenções já construídas, desde que a pandemia da COVID-19 surgiu, impôs-se um novo desafio para a atuação dos profissionais da área da saúde, na qual se inserem os psicólogos.

Para a compreensão da atuação profissional do psicólogo, faz-se necessário o conhecimento do campo teórico da psicologia clínica, da saúde e hospitalar para, posteriormente, delimitar e diferenciar essa práxis diante da pandemia da COVID-19. Esse conjunto de práticas será brevemente apresentado em sequência.

Cabe lembrar que a psicologia clínica, já no início de sua concepção, instalou-se e ganhou projeção nos hospitais psiquiátricos, e os psicólogos se estabeleceram atuando em saúde mental, seja na realidade hospitalar, nas especialidades ou na atenção básica. Mas, rapidamente, os psicólogos foram solicitados nos hospitais gerais, mudando da saúde mental para os problemas de adaptação ao diagnóstico, às deficiências promovidas pela doença, ou outras questões correlatas. Embora essa afirmação não seja universalmente aceita, é a partir dela que serão delineadas as diferenças entre a psicologia clínica, da saúde e hospitalar (Ribeiro, 2011).

A psicologia da saúde se define como uma área de contribuições profissionais, científicas e educacionais da psicologia para a promoção e a manutenção da saúde. Assim, visa à prevenção e ao tratamento do processo saúde-doença e à identificação dos fatores relacionados ao desenvolvimento de enfermidades (Matarazzo, 1980). Ademais, contribui para a análise e a melhora do sistema dos serviços de saúde e para a elaboração de uma política sanitária (Calvetti, Muller & Nunes, 2007). Já a psicologia clínica tem seu espaço preservado, especificamente, no tratamento da saúde mental. Fica reservada aos consultórios particulares e públicos, com atendimentos individuais, familiares e grupais.

A premissa da psicologia da saúde advém basicamente de dois fatores: prevenção das doenças e promoção de saúde e sua metodologia. Ela está baseada nas técnicas de inter-

venções fundamentadas no corpo teórico e técnico da psicologia, que são utilizadas na promoção da saúde e do bem-estar dos indivíduos e das comunidades (Teixeira, 2004).

O psicólogo da saúde tem sua prática no ensino, na pesquisa e no desenvolvimento de intervenções que promovem a saúde. De grande importância são essas intervenções para a redução dos comportamentos de risco que promovem doenças (Odgen, 2007). Além disso, a psicologia da saúde teve seu desenvolvimento no Brasil em grande parte nos hospitais, onde foram criados os modelos de intervenção baseados nos conceitos da psicologia da saúde para a atuação do psicólogo hospitalar (Almeida & Malagris, 2011).

Aqui surge a construção do terceiro campo, a psicologia hospitalar, que, no Brasil, diferentemente do que ocorre na maior parte do mundo, tornou-se uma especialidade. Em termos técnicos, a psicologia da saúde e a psicologia hospitalar se confundem e se constroem com limites permeáveis (Miyazaki, Domingos, Valerio, Santos & Rosa, 2002). Neste trabalho, entretanto, será admitido, conforme preconizado por Gorayeb (2010), que a psicologia hospitalar está inserida na psicologia da saúde.

A psicologia da saúde, portanto, está imbricada na psicologia hospitalar e na clínica, sendo que, neste capítulo, os limites considerados serão: 1) a clínica como a atuação nos consultórios com indivíduos, famílias e grupos (especialidades); 2) a saúde lidando com ações, intervenções e em colaboração com as políticas públicas para promoção de saúde e prevenção de doenças fora dos hospitais (atenção básica); e 3) a hospitalar, com estratégias e ações dentro dos hospitais (incluindo alta e média complexidade).

As urgências e emergências, caso da pandemia da COVID-19, desafiam a todos os profissionais da saúde. No caso do psicólogo, exigem-se novas formas de intervenção que alteram, em alguns casos, o setting terapêutico. Essas mudanças vêm ocorrendo de forma abrupta e há necessidade imediata de os profissionais se adequarem às novas exigências (Schmidt, Crepaldi, Bolze, Neiva-Silva, & Demenech, 2020), como o atendimento on-line. Além disso, cabe reconhecer que existe medo, tensão e ansiedade em vista da gravidade da doença, da morte e da atenção exigida pela facilidade de contaminação, de acordo com o campo de trabalho. Logo, é de grande importância promover condutas para redução de risco. Isso se aplica às pessoas saudáveis, às doentes e aos profissionais da saúde.

Nesse contexto, o psicólogo é o profissional que tem a competência para lidar com essa situação de crise, emergente e urgente, por envolver aspectos psíquicos determinantes de comportamentos positivos ou negativos.

A abordagem da psicologia da saúde e a atuação do psicólogo no contexto da pandemia se mantêm: na identificação de fatores de risco e proteção para a COVID-19 existentes nas comunidades; na elaboração de estratégias eficazes para veicular informações cientificamente sustentadas; no treinamento de multiplicadores para promover a saúde e a higiene da população; na implantação de modelos de assistência que avaliem a saúde mental e encaminhem para as especialidades, caso seja necessário; entre outras, próprias da atenção primária à saúde.

Quanto às intervenções do psicólogo no hospital, o destaque é o acolhimento do paciente e sua família e do profissional da saúde. O número de pessoas mortas, a internação no Centro de Terapia Intensiva (CTI) e a impossibilidade de o familiar estar com o doente são fatores negativos que influenciam o equilíbrio psíquico das pessoas.

O psicólogo também é o profissional que pode fazer um tipo de acolhimento no qual se insere a atenção, o respeito e a capacidade de escuta. Esta, refere-se à possibilidade de a pessoa, ao falar, discriminar suas próprias emoções, expressar seu sofrimento e ter alívio por partilhar com o outro e ser compreendido. Esse processo leva o indivíduo a lidar com seus recursos e limites, fato que favorece o equilíbrio psíquico. O acolhimento psicológico é uma intervenção à pessoa na urgência. O hospital é um campo propício, principalmente no caso de uma pandemia. Outra ação possível e necessária é treinar profissionais da saúde para lidarem com as informações que são transmitidas aos familiares. É importante mostrar para a equipe que, no momento de informar, é imprescindível considerar outras dimensões do interlocutor, além de avaliar o impacto que a forma de dizer oferece. Uma terceira possibilidade de atuação do psicólogo é inserir estratégias de promoção de saúde mental na rotina dos profissionais da saúde. Essa mediação feita pelo psicólogo se estabelece na relação entre profissionais, pacientes internados e familiares (Grincenkov, 2020; Serafim, Do Bú, & Lima-Nunes, 2020; CRP-PE, 2020).

O acolhimento e a mediação, práticas da atuação do psicólogo, têm relevância na medida em que se observam as condições psicossociais adversas que fragilizam os profissionais, os pacientes e os familiares no período da pandemia. Esses fatores negativos, que podem ser reais ou imaginados, prejudicam a saúde e o bem-estar, geram sofrimento psíquico, sentimentos de insatisfação e dificuldades na esfera da produtividade. Tanto os profissionais da saúde como pacientes e familiares convivem diariamente com o sofrimento pela solidão dos CTIs, o medo real da contaminação e a possibilidade de morte.

Verificou-se, diante da realidade de pandemia, uma mobilização imediata de profissionais (AMB, 2020), universidades (IP-USP, 2020; UFPA, 2020; UFF, 2020) e do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2020, SBPH, 2020) para a aquisição de recursos técnicos a fim de enfrentar e acolher essa realidade. Psicólogos clínicos das mais diversas abordagens se adaptaram a novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), tanto para manter contatos terapêuticos antigos quanto para responder à crescente demanda de sofrimento mental da população geral e de profissionais da saúde, especificamente (Brasil, 2020; Fiocruz, 2020; CRP-PE, 2020).

Psicólogos de todo o País disponibilizaram-se a realizar atendimentos voluntários a profissionais da saúde que estão atuando no enfrentamento à COVID-19. Em atendimentos psicoterapêuticos, esses profissionais demonstraram, principalmente, medo pela exposição ao vírus, em falas como “será que eu vou ser o próximo?”. Os sintomas mais comuns estão relacionados com ansiedade, insônia e alterações no apetite. Além disso, eles relataram pressão por produtividade (trabalhar mais horas por dia e cumprir mais plantões por semana), sobrecarga física e mental e até assédio moral, exemplos de riscos psicossociais relacionados ao trabalho.

Apesar da disposição dos psicólogos, houve relatos sobre a procura ter sido menor do que o esperado. A reflexão sobre isso gerou algumas questões, como: os profissionais estão com uma carga de trabalho extensa, estão cansados e sem tempo para buscar ajuda especializada? Estão temporariamente negando sua vulnerabilidade como humanos para continuar cumprindo com suas responsabilidades profissionais? Qual é o cuidado que o profissional da saúde tem com a sua própria saúde mental? O profissional da saúde acredita ser um “super-herói”?

Essas reflexões são fundamentais para planejar e desenvolver intervenções com os profissionais da saúde durante e após a pandemia, pois o adoecimento mental pode chegar a quadros graves e alguns podem ficar temporariamente (e até permanentemente) incapacitados de atuar no seu trabalho em hospitais. Os profissionais da psicologia que atuam na área da saúde, clínica e hospitalar têm competência para desenvolver e implementar intervenções com foco na saúde mental do trabalhador da área da saúde para que não tenhamos um exército de soldados condecorados e adoecidos.

Nesse caso, a mediação seria uma intervenção bastante adequada em função dessas fragilidades psicológicas dos profissionais dos serviços de saúde e dos usuários, que se intensificam em uma pandemia. Por meio da mediação, pode-se ampliar a compreensão dos processos nos conflitos que ocorrem no ambiente clínico-hospitalar (Sangy & Oliveira, 2013). Essa estratégia tem como objetivo contribuir para a humanização nos serviços de saúde. A mediação das emoções objetiva alcançar a saúde mental por meio de práticas que levam à humanização (Arruda & Arruda, 2010). Em tempos de pandemia, os riscos aos profissionais, em especial aos que atuam nas linhas de frente no combate ao coronavírus, precisam ser bem identificados e reduzidos e/ou eliminados. Os riscos consistem nos aspectos do trabalho que apresentam a possibilidade, elevada ou reduzida, de uma pessoa sofrer danos decorrentes de perigo (ESENER-2, 2015). Quando são ocupacionais, incluem aspectos de planejamento, organização e gerenciamento do trabalho e seu contexto social, com potencial para prejudicar o trabalhador tanto física quanto psicologicamente (Tolfo, 2018). Portanto, a gestão eficiente dos riscos psicossociais decorrentes do trabalho durante a pandemia precisa ser protetiva e geradora de bem-estar e qualidade de vida para os profissionais da área da saúde e os usuários dos serviços de psicologia, independentemente de onde seja realizada.

Maria Geralda Viana Heleno

Psicóloga, Mestre em Psicologia da Saúde pela Universidade Metodista e Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo. Presidente da Associação Brasileira de Psicologia da Saúde. Tem ensinado e pesquisado sobre os temas gravidez, parto e puerpério e psicologia da saúde.

Para mais informações: <http://lattes.cnpq.br/2588193891382847>

Miria Benincasa Gomes

Psicóloga, Mestre em Psicologia da Saúde e Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento pela Universidade de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo. As principais áreas de pesquisa são: gestação, parto e pós-parto, psicologia do desenvolvimento de bebês e crianças e psicologia da saúde.

Para mais informações: <http://lattes.cnpq.br/1600352232046792>

Suzana da Rosa Tolfo

Psicóloga, Doutora em Administração – Gestão de Pessoas/UFRGS e Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC. Seus temas de pesquisa são: processos psicossociais no trabalho, sentidos e significados do trabalho, assédio moral e transformações no trabalho e gestão de pessoas.

Para mais informações: <http://lattes.cnpq.br/2639021733757849>

Priscila Gasperin Pellegrini

Psicóloga, Doutora em Psicologia pela UFSC, psicóloga clínica e Diretora do Human Group. Seus temas principais de pesquisa e intervenção são trabalho e família, saúde mental do trabalhador, estresse e enfrentamento individual e conjugal, assédio moral no trabalho e psicoterapia.

Para mais informações: <http://lattes.cnpq.br/0850619866708578>

Referências

1. Almeida, R. A., & Malagris, L. E. N. (2011). A prática da psicologia da saúde. Revista da SBPH, 14(2), 183-202.
2. AMB. (2020). Suporte Psicológico para profissionais da saúde na COVID-19. Disponível em: <https://amb.org.br/noticias/suporte-psicologico-para-profissionais-da-saude-na-covid-19/>
3. Arruda, M. P. de, & Arruda, L. P. de. (2010). O profissional da saúde como um mediador de emoções. Revista Eletrônica De Enfermagem, 12(4), 770-4. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fen/article/view/12261>

4. Brasil (2020). Ministério da saúde garante suporte psicológico a profissionais da saúde. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46767-ministerio-da-saude-garante-suporte-psicologico-a-profissionais-do-sus>
5. Brasil. Ministério da Educação (2004). Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia. Resolução nº 8, de 7 de maio de 2004. Diário Oficial da União. Brasília. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces08_04.pdf
6. Brasil. Ministério da Educação (2011). Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia. Resolução nº 15 de 15 de março de 2011. Diário Oficial da União. Brasília. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&Itemid=30192
7. Calvetti, P. U., Muller, M. C., & Nunes, M. L. T. (2007). Psicologia da Saúde e Psicologia Positiva – Perspectivas e Desafios. *Psicologia Ciência e Profissão*, 27 (4), 706-717. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007001200011
8. Campos, G. W. S. (1999). Equipes de referência e apoio especializado matricial: um ensaio sobre a reorganização do trabalho em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 4 (2), 393-403. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-81231999000200013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt
9. CFP (2020). Conselho Federal de Psicologia. Psicólogos (as) cadastrados para atendimento online. Disponível em: <https://e-psi.cfp.org.br/>.
10. CRP-PE (2020). Conselho Regional de Psicologia – Pernambuco. Recomendações do CRP-02 para Profissionais de Psicologia diante da Pandemia do Coronavírus (COVID-19). Disponível em: <http://www.simples.serdigital.com.br/clientes/crp/arquivos/557.pdf> .
11. ESENER-2. (2015) Encuesta Nacional de Gestión de Riesgos Laborales en las Empresas. – España. INSHT. Madri: Kenaf.
12. Fiocruz (2020). COVID-19: profissionais de saúde terão atendimento psicológico online. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/covid-19-profissionais-de-saude-terao-atendimento-psicologico-online>
13. Gorayeb, R. (2010). Psicologia da saúde no Brasil. *Psic.: Teor. e Pesq.* (online), 26. 115-122. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500010>
14. Grincenkov, F. (2020). A Psicologia Hospitalar e da Saúde no enfrentamento do coronavírus: necessidade e proposta de atuação. *HU Revista*, 46:1-2. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/hurevista/article/download/30050/20360>
15. IP-USP (2020). Instituto de Psicologia da USP. COVID-19 – Apoio Psicológico Online. Disponível em: <http://www.ip.usp.br/site/covid-19-apoio-psicologico-online/>
16. Matarazzo, J. (1980). Behavioural health's challenge to academic, scientific and professional Psychology. *American Psychologist*, New York, 37.

17. Ministério da Saúde (2020). Sistema Único de Saúde (SUS): Estrutura, princípios e como funciona. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude>.
18. Miyazaki, M. C., Domingos, N., Valerio N., Santos A. R., & Rosa, L. T. (2002). Psicologia da Saúde: Extensão de serviços à comunidade, ensino e pesquisa. *Psicologia USP*, 13(1). 29-53.
19. Ogden, J. (2007). An Introduction to Health Psychology. In J. Ogden. *Health Psychology: a textbook*, (pp. 01-12). (4. ed.). New York: Open University Press.
20. Teixeira, J. A. C. (2004). Psicologia da Saúde. *Análise Psicológica* [online], 3 (XXII), 441-448.
21. Ribeiro, J. L. P. (2011). A Psicologia da Saúde. *Psicologia da saúde: teoria, intervenção e pesquisa* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 23-64.
22. Sangy, M, & Oliveira, J. A (2013). Mediação de Conflitos: possibilidades de humanização para a promoção da saúde. *Revista Tecer*, 6(11). 177-189. Disponível em: 10.15601/1983-7631/rt.
23. SBPH (2020). Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar. Recomendações aos Psicólogos Hospitalares frente à Pandemia do COVID-19. Disponível em: http://www.sbph.org.br/site/images/2020/2020_coronavirus/Recomendacao%20aos%20Psicologos%20Hospitalares%20frente%20a%20Pandemia%20do%20Covid.pdf.pdf
24. Schmidt, B., Crepaldi, M. A., Bolze, S. D. A., Neiva-Silva, L., & Demenech, L. M. (2020). Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). *Estudos de Psicologia*, (Campinas), 37, e200063. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1982-0275202037e200063>
25. Serafim, R.C.N.; Do Bú, E., & Lima-Nunes, A. (2020). Manual de Diretrizes para Atenção Psicológica nos Hospitais em Tempos de Combate ao Covid-19. *Revista Saúde e Ciência online*, 8(2), Suplemento n° 2 (março de 2020). 24p. https://www.researchgate.net/publication/340315850_Manual_de_Diretrizes_para_Atencao_Psicologica_nos_Hospitais_em_Tempos_de_Combate_ao_COVID-19.
26. Teixeira, J. A. C. (2004). Psicologia da Saúde. *Análise Psicológica* [online], 3 (XXII), 441-448.
27. Tolfo, S. R. (2018). Fatores Psicossociais no Trabalho. Relatório de Licença Capacitação. UFSC. Departamento de Psicologia.
28. UFF. (2020). Hospital Universitário Antônio Pedro oferece acolhimento humanizado aos profissionais de saúde, pacientes e familiares. Disponível em: <http://www.uff.br/?q=noticias/07-04-2020/huap-oferece-acolhimento-humanizado-aos-profissionais-de-saude-pacientes-e>
29. UFPA (2020). Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Pará oferece apoio psicológico durante pandemia da Covid-19. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/11503-complexo-hospitalar-da-ufpa-oferece-apoio-psicologico-durante-pandemia-da-covid-19>

Esta página foi deixada em branco intencionalmente.

Contribuição da Psicologia na Gestão Integral de Riscos e Desastres, no Esporte, no Trânsito e nas Relações Pessoa-Ambiente em um Cenário de Pandemia

Marly Terezinha Perrelli (Sindicato dos Psicólogos do Paraná)
Thabata Castelo Branco Telles (ABRAPESP)
Juliana de Barros Guimarães (ABRAPSIT)
Fábio de Cristo (ABRAPA)

Fomos surpreendidos em dezembro de 2019 com a notícia da disseminação do novo coronavírus, denominado de SARS-CoV-2, causador da doença COVID-19, originado na China. A dimensão global dos reflexos da COVID-19 fez com que a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhecesse a sua transmissão como uma pandemia, declarando uma Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPIN). Diante do aumento dos casos, o Brasil emitiu, em janeiro de 2020, a Portaria nº 188¹ no Diário Oficial da União, indicando o marco inicial para as estratégias de saúde para a prevenção e o enfrentamento da COVID-19.

Trata-se de uma situação atípica no mundo e que tem trazido à sociedade uma série de desafios na busca de nos engajarmos a uma consciência coletiva, especialmente em ações conjuntas que visem minimizar as perdas e zelar pela saúde e o bem-estar de todos. Tais práticas podem se consolidar na perspectiva de isolamento social, para aqueles que se encontram em condições de permanecer afastados fisicamente dos outros indivíduos, como também podem se configurar em ações específicas, a depender de cada área de atuação. No que tange à Psicologia, vemos com frequência pessoas se deparando com dificuldades com as quais não sabem como lidar, o que tem despertado os mais diferentes sentimentos e reações.

1 <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>

Diante desse cenário, o presente texto busca apresentar as possibilidades de atuação de psicólogos e a elaboração de recomendações relevantes no âmbito da Psicologia, na Gestão Integral de Riscos e Desastres, na Psicologia do Esporte, na Psicologia do Trânsito e na Psicologia Ambiental.

Atuação do profissional da Psicologia na Gestão Integral de riscos e desastres

Perante a situação de crise, emergências e desastres provocados pela COVID-19, o envolvimento da Psicologia tem sido demandado constantemente para atuar no apoio psicossocial, propondo intervenções capazes de estabilizar emocionalmente as pessoas afetadas em virtude da situação de sofrimento extremo. Entendemos como crise o contexto de pandemia e a reação emocional intensa diante de um incidente crítico e ameaçador, gerando um estado de desequilíbrio e desorganização psíquica (Everly & Lating, 2012; Sa, Werlang & Paranhos, 2008). Portanto, a instalação da crise está relacionada à quebra do equilíbrio anteriormente existente. Os casos de emergências estão ligados a situações de origem súbita, inesperada e que causam ameaça ou perigo, necessitando intervenções rápidas. Os desastres, por sua vez, são eventos que podem ter origem em causas naturais ou tecnológicas. Ambos trazem destruição material e perda de vidas, além de causar sofrimento psicológico. São fenômenos complexos e multidimensionais que afetam não apenas a economia e a infraestrutura do país, mas comprometem em especial a estrutura social das populações afetadas (Valencio, 2017).

Os danos causados pela COVID-19 não afetam apenas a saúde física dos indivíduos e o sistema de saúde, mas também a saúde mental da população, em decorrência das mudanças na rotina ocasionadas pelo distanciamento social. As reações emocionais mais evidentes são frustração, angústia, ansiedade, tédio, alterações de apetite e conflitos intra e interpessoais (Khan et al., 2020; Zhang et al., 2020). Nos aspectos psicológicos, é evidente a infodemia: o excesso de informações e a disseminação das notícias falsas que se propagam, gerando medo, pânico e grande impacto na saúde mental da população (Khan et al., 2020).

Psicologia na Gestão Integral de Riscos e Desastres é a nomenclatura utilizada a partir da Nota Técnica emitida pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2016) que versa sobre as atribuições do(a) psicólogo(a) em cenários críticos com abrangência na Política Nacional da Defesa Civil. A referida nota compreende as cinco fases na redução de riscos e desastres: i) prevenção (mitigar e evitar o desastre); ii) mitigação (diminuir ou limitar os impactos); iii) preparação (conhecimento e capacidade para gerenciar a crise); iv) resposta (conjunto de ações para reduzir danos e prejuízos); e v) recuperação (restauração das condições de vida)².

No âmbito da atuação de psicólogos, são várias as estratégias de intervenções utilizadas para mitigar o sofrimento humano ante a pandemia, como os plantões psicológicos virtuais, grupos de acolhimento, apoio psicológico aos profissionais de linha de frente, entre outras ações mediadas pela tecnologia (Arriaga, 2011). Uma das intervenções pontuais para o estresse agudo são os primeiros socorros psicológicos (PSP), os quais têm por objetivo reduzir os danos emocionais causados por situações inesperadas que causam um desequilíbrio, desencadeando angústia e ansiedade (Bruck, 2007; Jr., George & Lating, 2017). Diante da ocorrência de crises como a pandemia, que provocam sofrimento em múltiplas vítimas, as intervenções contemplam vastas metodologias e técnicas que estão focadas em prestar apoio psicossocial (Zwielewski, 2020).

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (2015), os PSP são uma resposta aos sujeitos que estão em situação de sofrimento e que necessitam de apoio. Eles buscam reduzir os danos emocionais causados por eventos traumáticos, minimizando o estresse e buscando adotar estratégias de *coping*³. Assim, a intervenção em situações de crise visa auxiliar as vítimas a reorganizar sua vida psíquica e social, com o intuito de minimizar possíveis agravos da saúde física e emocional.

2 <http://www0.rio.rj.gov.br/defesacivil/defesa.htm>

3 *Coping* é o enfrentamento, envolvendo esforços cognitivos e comportamentais para lidar com situações de dano, de ameaça ou de desafio quando não está disponível uma rotina ou uma resposta automática (Folkman & Lazarus, 1988).

Atuação do profissional da Psicologia do Esporte na COVID - 19

No campo do esporte, o adiamento dos Jogos Olímpicos de 2020, previstos para ocorrerem em Tóquio (Japão), tem gerado grandes debates. Acrescenta-se, ainda, a paralisação não apenas das demais competições, mas de todas as atividades esportivas, de exercício ou de tempo livre, à exceção das práticas realizadas em casa, devido às políticas de isolamento. Na interseção com a Psicologia, diversas entidades esportivas têm divulgado estratégias em torno do cuidado à saúde mental, como o Comitê Olímpico Brasileiro ([COB](#)) e a Associação Brasileira de Psicologia do Esporte ([ABRAPESP](#)). Sobre esta última, por se tratar de uma associação específica em Psicologia do Esporte, detalharemos as recomendações que têm sido divulgadas por ela no período pandêmico relativo à COVID-19.

A ABRAPESP tem sido catalizadora de ações que ofereçam suporte psicológico aos públicos relacionados ao esporte profissional e amador, bem como a profissionais do campo da Psicologia do Esporte e áreas afins. Nesse âmbito, a entidade lançou uma campanha para ações relativas aos impactos psicológicos decorrentes da pandemia da COVID-19 no meio esportivo, que consiste em dois momentos: o primeiro se volta a dois agrupamentos, sendo (1) psicólogo do esporte e (2) esportista (atleta profissional, amador, prática de tempo livre) ou profissional do esporte de áreas afins (não psicólogo). Essa ação tem o objetivo de compreender as necessidades desses públicos, promover serviços de suporte psicológico e, também, manter dados atualizados sobre os impactos da pandemia no setor.

Em segundo lugar, a campanha conta com recomendações específicas aos grupos citados, publicadas constantemente nas redes sociais da referida entidade, com base nas informações e recomendações sobre a COVID-19 fornecidas pela OMS e órgãos esportivos competentes. Para os atletas, foi ressaltada a importância de contato constante com a equipe técnica, buscando auxílio especialmente do treinador, do preparador físico, do nutricionista e do psicólogo para readaptar o treinamento físico e o acompanhamento psicológico de acordo com as metas de cada um durante o período de isolamento.

Tradicionalmente na literatura em Psicologia do Esporte, as metas podem ser de curto, médio e longo prazo (Conde, Filgueiras, Ângelo, Pereira & Carvalho, 2019; Weinberg & Gould, 2008), mas sugere-se que neste momento sejam priorizadas aquelas de curto

prazo. Por se tratar de um período repleto de incertezas, essa conduta permite que o atleta se mantenha mais motivado em seu treinamento. Não há ainda concreta previsão de retorno dos treinos regulares e eventos competitivos e, com o adiamento de algumas competições, como as Olimpíadas e as Paralimpíadas, é importante revisitar as metas estabelecidas antes da pandemia para que sejam devidamente (re)adaptadas.

Além de priorizar metas de curto prazo, ressaltamos a necessidade de se estabelecer uma rotina diária, dormir o suficiente, manter alimentação adequada e buscar a realização de atividades prazerosas. Essas ações podem ajudar a restabelecer sentimentos de controle e conforto e também auxiliar na saúde e no bem-estar. Atentamos para a importância de se manter atualizado, buscando fontes confiáveis, checando a veracidade do que tem sido repassado e evitando procurar informações em vários momentos do dia. Dedicar muito tempo a essa atividade pode trazer malefícios para a saúde mental, podendo gerar ansiedade e atrapalhar as metas do dia.

Com uma vivência mais curta de espaço (isolamento) e tempo (metas de curto prazo), salientamos a necessidade de foco maior no “aqui e agora”, na concretude do que pode ser feito no momento e local em que estamos. Assim, sugerimos o uso das estratégias de meditação – inclusive por meio de aplicativos –, de práticas de *mindfulness* e demais atividades corporais e de movimento que se voltem a essa perspectiva, a exemplo do yoga.

Aos psicólogos do esporte, frisamos a necessidade de continuar oferecendo acompanhamento aos atletas e equipes, seguindo as recomendações do CFP, que recomenda o afastamento das atividades presenciais, ao disponibilizar o cadastro de psicólogos para atendimento *on-line* sem a necessidade da confirmação da plataforma para início do trabalho remoto, com a Resolução CFP nº18/11. É importante que este profissional auxilie os atletas no gerenciamento de suas experiências e sentimentos diante dos acontecimentos e, no caso de utilizar técnicas específicas de Psicologia do Esporte, recorrer prioritariamente àquelas com as quais esteja familiarizado, de preferência que já tenha utilizado em outros momentos com o atleta. Ressaltamos a necessidade do trabalho conjunto e de manter contato constante com os demais membros da equipe técnica, visando alinhar o trabalho psicológico com as metas estabelecidas pelos demais profissionais no período de isolamento.

Ressalta-se ainda que as estratégias de autocuidado citadas anteriormente em relação aos atletas são igualmente importantes aos demais profissionais, inclusive ao psicólogo do esporte, como: estabelecer rotina diária, com atenção ao sono, à alimentação e à realização de atividades prazerosas (físicas e mentais); manter-se atualizado (sem dedicar muito tempo do dia a isso), colhendo informações em fontes e órgãos confiáveis; buscar se voltar ao “aqui e agora”; e procurar o devido suporte psicológico profissional.

No caso dos treinadores e demais membros das equipes técnicas, sugere-se atenção especial a como cada atleta tem vivenciado o período de isolamento social, buscando oferecer atividades que estejam ao alcance de cada um. Preconiza-se que as instruções sejam dadas de modo claro e, se possível, com atenção individualizada. Manter-se em contato constante com o atleta é fundamental, inclusive para eventuais encaminhamentos, a exemplo do acompanhamento psicológico, caso a equipe ou o atleta ainda não conte com um.

Para os praticantes de atividade física, ressalta-se a necessidade de permanecer fisicamente ativo no período de isolamento social como uma forma de aliviar o estresse e a ansiedade decorrentes da situação, manter o bom condicionamento durante um período em que estamos parados e melhorar a imunidade. Para tanto, sugere-se a busca de profissionais qualificados, por meio dos recursos tecnológicos disponíveis, para a realização de exercícios indicados ao perfil de cada um e à maneira correta de executar os movimentos. O Conselho Federal de Educação Física ([CONFEF](#)) disponibiliza os dados dos profissionais habilitados em seu *site*. Enfatiza-se o autoconhecimento e a atenção aos limites, para que se evite a realização de exercícios com os quais não se esteja acostumado, pois há, assim, maior risco de lesões decorrentes da prática.

Em suma, vê-se na Psicologia do Esporte uma abrangência de cuidado em termos de saúde física e mental que não se resumem a atletas e demais profissionais que lidam diretamente com o contexto esportivo. O esporte é uma forma de encontro e um importante meio de relação com o outro e o mundo, e só existe em determinada situação, sociedade e cultura (Camilo & Rubio, 2019; Rubio, 2019). Trata-se de compreender o esporte no âmbito das mais diversas práticas corporais, culturais e de movimento, presentes em todos os indivíduos fisicamente ativos.

Há ainda que se ter uma leitura crítica do momento em que estamos vivendo, assumindo que os movimentos humanos são decorrentes do entrelaçamento entre os processos de percepção e ação. Age-se, portanto, no que se percebe a partir das relações com o mundo e a situação (Telles, 2018). Qualquer alteração no ambiente pode ser capaz de demandar desafios e novas formas de movimento ao corpo, quer estejamos cientes desses processos ou não.

Atuação do profissional da Psicologia do Trânsito na COVID-19

Em tempos de pandemia mundial da COVID-19, que está ressignificando não apenas as questões de saúde, mas, sobretudo, as relações interpessoais, tornou-se fundamental refletir sobre os impactos diretos em nossas áreas de atuação. No que tange ao sistema de deslocamento nas cidades, quando nos debruçamos sobre essa nova realidade, percebemos o efeito imediato sobre os deslocamentos de pessoas e mercadorias, seja local, seja entre os municípios, os estados ou os países. Reinier Rozestraten (1998) define o trânsito como “o conjunto de deslocamentos de pessoas e veículos nas vias públicas, dentro de um sistema convencional de normas, que tem por fim assegurar a integridade de seus participantes” (p. 05). Diante do cenário atual, emerge a pergunta: como esses deslocamentos estarão promovendo a integridade de seus participantes neste momento específico?

É preciso, assim, lançar um olhar sobre a mobilidade urbana e, sobretudo, humana, em decorrência deste momento e das suas consequências. Enquanto a mobilidade urbana cria condições para que as pessoas possam ir e vir com facilidade utilizando-se de meios de transporte públicos ou particulares e das vias, a mobilidade humana compreende que o ser humano está no centro de todo e qualquer movimento de ir e vir. É um paradigma, portanto, que procura soluções para deslocamentos saudáveis, inteligentes, sustentáveis, inclusivos e seguros, analisando as conjunturas históricas, sociais, políticas, geográficas, estruturais, culturais, dentre outras. Desse modo, esses conceitos juntos ampliam os entendimentos acerca dos deslocamentos dos indivíduos e também de tudo aquilo que possa impactar em seu ir e vir, inclusive no manter-se isolado ou em trabalho remoto (*home office*).

A partir de agora podemos apontar a particularidade que o espaço do trânsito traz, sobretudo no contexto atual, sobre as (novas) relações de identidade e pertencimento. Segundo Augè (1994), os lugares são identitários, relacionais, históricos e também simbólicos na medida em que neles é representado o indivíduo em relação consigo mesmo e com o grupo. Aponta ainda os locais de ocupação efêmera, de trânsito, como sendo “não lugares”, pois são locais cuja relação com o outro é limitada, onde os indivíduos estão apenas de passagem, sendo espaços despersonalizados, em oposição ao conceito de lugar. Expandindo esse conceito, o mesmo autor afirma que a mobilidade não cria espaços, mas “não lugares”, pois os torna locais de trânsito, de mera passagem, onde deslocar-se é simplesmente atravessar os espaços e suas fronteiras (Augè, 1994).

Essa noção do espaço de trânsito como um “não lugar”, onde prevalece o anonimato dos atores envolvidos, com a impossibilidade de marcos afetivos e identificatórios, torna esse “não lugar” um espaço de solidão. Sem identidade não se estabelecem as pertencências a nenhum grupo, o que torna o indivíduo temporariamente livre das normas e cobranças de grupo e dos laços sociais. Nessa condição de anonimato, sem o poder coercitivo do grupo, o indivíduo sente-se livre de possíveis punições (Bauman, 2001).

As estatísticas colocam o Brasil entre os cinco países do mundo com maior incidência de acidentes fatais de trânsito. Os dados da OMS mostram que os acidentes por transportes terrestres são responsáveis por 1,35 milhão de mortes (12% do total no mundo) e 50 milhões de feridos em todo o mundo, além de abordar as severas implicações para famílias, comunidades e sociedade em geral (OPAS, 2018). Olhar o trânsito como dissociado do comportamento e das emoções humanas que nele atuam e interagem é um erro que adoce nossa população a cada minuto. Adoece pelas marcas e sequelas físicas, pelas cicatrizes emocionais, pela dor, pela perda, pelo luto por si e pelos seus, enfim, pela humanidade em cada um de nós que se expressa de várias formas. A Psicologia precisa reivindicar seu saber de cuidar do sofrimento humano e mostrar ao nosso país o papel fundamental que pode desempenhar em prol de um futuro com mobilidade humana inclusiva, democrática, sustentável, saudável e feliz.

Entendendo que a Psicologia do Trânsito tem forte atuação no campo das políticas públicas, especialmente nas avaliações psicológicas compulsórias para fins de obtenção ou renovação da carteira nacional de habilitação (CNH), a [Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego \(ABRAPSIT\)](#) elaborou um documento de recomendações e orientações à categoria e aos órgãos executivos de trânsito dos estados⁴. O documento objetiva orientar psicólogos que realizam a avaliação psicológica para condutores e candidatos a condutores de veículos automotores quanto às práticas que devem ser seguidas, independentemente das peculiaridades estaduais, considerando as características de cada ambiente de realização das perícias psicológicas. As recomendações serviram de modelo para os Departamentos Estaduais de Trânsito (DETRANs) utilizarem como referência na prática dos seus psicólogos e psicólogas credenciados(as) durante o cenário epidemiológico. Também foram debatidas com o CFP as orientações e as práticas recomendadas para atuação dessa categoria profissional e sua especificidade, sobretudo no concernente aos recursos tecnológicos, à atuação *on-line* e à avaliação psicológica remota.

De acordo com a publicação organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) intitulada *COVID-19 and the Need for Action on Mental Health* (United Nations, 2020), a pandemia da COVID-19 não está apenas atacando a saúde física, mas, sobretudo, a saúde mental da população e, portanto, o campo de atuação da Psicologia como ciência. A publicação defende a importância e a ampliação dos serviços de saúde mental dentro das políticas públicas mundiais. Diante de todos esses impactos observados e da necessidade de atuação de toda a categoria para diminuir esses efeitos nefastos a médio e longo prazo, a ABRAPSIT procurou desenvolver ações em prol da saúde mental dos condutores profissionais. Assim surgiu o [Projeto “Rotas da Saúde – seu bem-estar passa por aqui”](#)⁵, que foi constituído como uma ação conjunta da ABRAPSIT com entidades parceiras, como o DENATRAN e o Observatório Nacional de Segurança Viária, e com o apoio da Organização Pan-Americana de Saúde.

4 Publicado em <https://site.cfp.org.br/abrapst-e-abramet-recomendam-suspensao-de-exames-nos-departamentos-estaduais-de-transito/>.

5 O projeto conta ainda com apoio científico de pesquisadores em Psicologia do Trânsito ligados a Universidades Federais e Instituições Particulares do Brasil, tais como UFES, UCDB e UFRN.

O projeto é focado no acolhimento aos condutores profissionais (caminhoneiros, motociclistas, taxistas, motoristas de aplicativos e motoristas de ônibus) que se encontram em atividade laboral, desenvolvendo serviços essenciais à população e enfrentando todas as dificuldades desses trabalhos em tempos de isolamento, medo e grandes dificuldades. O projeto tem como foco principal observar o aparecimento de sinais ou sintomas de: ansiedade, depressão, estresse, *burnout*, angústia, pânico, uso e abuso de substâncias psicoativas e condições básicas de saúde, procurando fornecer um olhar sobre a importância da saúde mental de forma a estimular a conexão social e relações interpessoais com as devidas medidas de segurança.

A partir de projetos como esse, entendemos que cada área específica da Psicologia pode trazer uma contribuição significativa para a saúde mental da população com a qual trabalha e, conseqüentemente, diminuir os efeitos nefastos futuros decorrentes da situação calamitosa que estamos vivenciando. Os profissionais da Psicologia do Trânsito, como vimos, também têm muito a contribuir.

Atuação do profissional da Psicologia na perspectiva das relações pessoa-ambiente: vivendo o presente de olho no futuro⁶

Pensando nas repercussões da pandemia da COVID-19, algumas delas descritas nas seções anteriores, a primeira reação é de profunda tristeza diante das mortes, dos prejuízos e das dúvidas ante as incertezas relativas ao futuro. Afinal, quantas mudanças tivemos de enfrentar (e ainda enfrentamos) para adaptar, em curtíssimo prazo, a nossa vida diária? Nesta pandemia estamos sendo convidados a desenvolver estratégias que vão além de evitar contaminar-nos e aos outros. Inclui ainda (re)pensar como a presença desse novo contexto afeta a humanidade, as nossas ações cotidianas e os espaços que frequentamos. Nessa perspectiva, a Associação Brasileira de Psicologia Ambiental e Relações Pessoa-Ambiente (ABRAPA) tem desenvolvido diversas ações no tocante à pandemia,

6 Colaboraram nesta seção, em conjunto com o representante da ABRAPA: Daniele Rosa, segunda secretária da atual gestão da ABRAPA (Universidade Federal de Roraima), Hartmut Günther (Professor emérito, coordenador do Laboratório de Psicologia Ambiental, Universidade de Brasília) e Zenith Delabrida, presidente da ABRAPA (Universidade Federal de Sergipe).

apoiando a sociedade em geral e seus associados psicólogos e não psicólogos (arquitetos e urbanistas, geógrafos, biólogos e planejadores urbanos). Por exemplo, além de notas de repúdio (e. g., Ministério do Meio Ambiente), boletins informativos e textos de associados, destacam-se os *podcasts* e as *lives* que abordam Psicologia Ambiental e pandemia nos seguintes contextos e temas: ruralidades, transportes, povos indígenas, espaço público, idosos e crianças (veja <https://abrapa-rpa.org>). Tudo isso colaborando para entender e lidar com o momento presente.

Porém, como seremos *depois* dessa pandemia, considerando a nossa relação conosco e com os outros, interagindo em distintos espaços naturais ou construídos? É o que será destacado a seguir (dentre várias abordagens possíveis ao tema) na perspectiva da Psicologia Ambiental, de olho na influência recíproca entre pessoa e ambiente. Dessa maneira, pretende-se subsidiar as reflexões e o trabalho tanto de psicólogos ambientais quanto de outras áreas da Psicologia, cujos temas podem relacionar-se, considerando a cidade como exemplo.

A vida da maioria das pessoas se passa em aglomerações urbanas que (devem) incluem os quatro elementos básicos dos quais fala a Carta de Atenas de 1943 (cf. Gold, 1998) para um planejamento urbano racional: habitação, trabalho, lazer e circulação/transporte. Todos esses aspectos da nossa vida cotidiana foram, e continuam sendo, impactados de maneira inimaginável, encontrando-se, no momento atual, muito interpostos. O primeiro elemento, a habitação, que era o local que constituía, nas palavras clássicas do “*my home is my castle*” (meu lar é o meu castelo), um espaço inviolável, de repouso restaurador, tornou-se restrito e invadido pelas demandas de trabalho e lazer. Mais restrito ainda, à medida que o confinamento não permitiu a “válvula de escape” na forma de sair para o trabalho, para fazer compras, etc. A pandemia transformou o conjunto de atividades que aconteciam costumeiramente nos lares, incorporando velozmente, por exemplo, as atividades laborais em um mesmo “cenário comportamental” (*behavior setting*; veja Wicker, 1979). Isso influenciou profundamente a sequência já prescrita de interações entre pessoas e objetos nesse cenário. A privacidade também foi reduzida de maneira significativa, gerando prejuízos emocionais em uma parcela da população. Uma vez terminado o distanciamento social, nutrimos a expectativa de que será possível notar uma série de mudanças positivas na vida cotidiana. Por exemplo, a redefinição de prioridades e o maior compartilhamento das tarefas e do espaço.

O segundo elemento é o trabalho. Dependendo de sua natureza, foi deslocado para a habitação na forma de *home office* (exemplo evidente da referida interposição dos espaços da vida cotidiana). Por consequência, aumentou a quantidade simultânea de trabalho (doméstico e profissional), porém, não raro, com menos pessoas (e.g., casos em que as empregadas domésticas foram dispensadas) e com menos suportes sociais (creche, escola e familiares). Essa interposição de atividades em um mesmo ambiente, somada à ausência/diminuição da estrutura de apoio, vem produzindo consequências psicológicas, como a interferência negativa nas relações familiares (e.g., dificuldade de separar o tempo dedicado ao trabalho e o de brincar com o filho) e o aparecimento de sintomas e de doenças psíquicas associadas a ansiedade, estresse e agressividade. Mas qual é o potencial para o trabalho tornar-se algo mais humano no pós-pandemia? Para quem puder trabalhar de casa, a experiência pode apresentar ganhos importantes, mas irá necessitar ajustes. Para isso, do ponto de vista ambiental, se faz necessário analisar e refazer/adaptar tanto o novo conjunto de atividades quanto o ambiente, a fim de que se possa maximizar a nova programação dentro do cenário doméstico. Isso pode implicar, por exemplo, definir atividades essenciais e secundárias, a necessidade de alterar (constantemente) o espaço e de adquirir/reordenar objetos dentro de casa.

O terceiro elemento é o lazer, que acontecia frequentemente fora de casa ou com visitas em casa, envolvendo aglomerações e aproximação física, o que atualmente é considerado inadequado do ponto de vista sanitário. Como alternativa, *lives* e eventos artísticos e musicais estão sendo desfrutados virtualmente. As pessoas buscam, a partir dos ambientes virtuais (redes sociais), substituir em alguma medida a necessidade de compartilhar suas vidas, deixando tênue a linha entre o público e o privado. Todavia, parece ser difícil às pessoas cumprir longos períodos de distanciamento social. Basta considerar a desobediência com aglomerações, por exemplo, em parques e vias urbanas no Brasil e no mundo. Nesse sentido, cabem questionamentos importantes considerando o momento atual: o espaço virtual de lazer (ou lazer a distância) traz a dimensão prevista das trocas e das interações sociais? A integração perceptiva de cheiros, sabores e convites presentes no ambiente de lazer nos faz falta de alguma forma? Alguns possíveis legados das eventuais políticas de enfrentamento à pandemia são o cuidado com os espaços públicos, preferencialmente verdes, que permitam interações livres, fomentando atividades

culturais e esportivas para reduzir o estresse e reforçar a imunidade. Menos brinquedos que brincam sozinhos e mais opções de interação infantil e encontros com o diferente e com a natureza. Assim vamos criando novos territórios e significados compartilhados.

O quarto e último elemento é o transporte. Seja ou não usando veículos, ele possibilita a interação entre os diversos espaços urbanos e rurais, contribui para a nossa própria constituição psicológica (e.g., crianças que andam de carro representam a cidade de maneira diversa das que andam a pé) e influencia as representações que temos de ruas, bairros e cidades (seguro *versus* inseguro), assim como de seus habitantes (estressados *versus* tranquilos). De um lado, a diminuição/ausência de deslocamento pode reduzir a disseminação da COVID-19 entre ambientes e territórios; por outro, também pode repercutir negativamente em nossa saúde mental, devido ao distanciamento social e, em alguns casos, ao fechamento temporário de uma região (*lockdown*). No pós-pandemia, a maneira como transitamos rotineiramente entre habitação, trabalho e lazer pode registrar impacto potencialmente positivo. À medida que as primeiras três esferas da vida cotidiana no meio urbano, citadas anteriormente, mudam, o deslocamento entre elas também mudará e, eventualmente, impactará novamente esses três elementos. Em vez de pegar o carro particular, é possível que continuemos nos valendo de alternativas mais saudáveis (em nível individual), como andar a pé e de bicicleta, ou mantendo a redução do uso do transporte individual, contribuindo (em nível coletivo) com menos poluição, barulho e estresse, como verificado durante a pandemia.

A pandemia oportunizou que a relação pessoa-ambiente estivesse no centro do debate, na ciência e na vida das pessoas comuns, uma vez que as relações e atividades humanas ocorrem em um contexto socioambiental. Parece evidente, então, que esse momento é uma importante oportunidade para que o entendimento dessa relação torne-se, mais do que nunca, transversal dentro da própria Psicologia, sendo a ABRAPA um dos catalisadores desse processo. Finalmente, qual o potencial de a pandemia da COVID-19 poder tornar a nossa vida melhor? A pandemia nos força a repensar a maneira como vivemos, trabalhamos, descansamos, circulamos e, dessa maneira, nos oferece uma chance de refletir sobre o que faltou na nossa vida *pré* para chegarmos a uma vida mais humana *pós-pandemia*.

Considerações finais

Concluindo, pretendeu-se com este texto refletir sobre a pluralidade do conhecimento oferecidos pelas diversas áreas da Psicologia, explanando as contribuições importantes sobre o campo de atuação da Psicologia na Gestão Integral de riscos e desastres, Psicologia do Esporte, Psicologia do Trânsito e Psicologia Ambiental e Relações Pessoa-Ambiente relacionadas à crise. O ponto convergente desta discussão está pautado no cuidado com a saúde mental das pessoas, possibilitando compreender que os desafios que lhes são impostos precisam ser prevenidos.

As ações afirmativas são necessárias como medidas especiais ao longo da pandemia para o enfrentamento nas situações extremas, como o aumento do sofrimento psíquico, previstas pela OMS. Portanto, o apoio psicossocial nas circunstâncias da COVID-19 é fundamental para os cuidados com a saúde mental e para mitigar as consequências psicológicas vinculadas à crise desencadeada pela contaminação da doença.

Marty Terezinha Perrelli

Psicóloga, Doutora em Psicologia (UFSC – SC), Presidente do Sindicato dos Psicólogos do Paraná, membro fundadora da Rede de Apoio Psicossocial. Atua na psicologia clínica, psicologia organizacional e do trabalho e situações de crise, emergências e desastre (Haiti, África, acidente da chapecoense e Brumadinho).

Para mais informações: <http://lattes.cnpq.br/0185716713351130>

Thabata Castelo Branco Telles

Psicóloga, Doutora em Psicologia (FFCLRP-USP) e pesquisadora pós-doc em Educação Física e Esporte na Universidade de São Paulo (EEFERP/FFCLRP/GEO-FE) e Universidade de Paris (URP 3625/ I3SP). Presidente da Associação Brasileira de Psicologia do Esporte – ABRAPESP (2020-2021). Atua com ênfase em psicologia do esporte, saúde mental, fenomenologia, *embodiment*, artes marciais & esportes de combate.

Para mais informações: <http://lattes.cnpq.br/7306332701033811>

Juliana de Barros Guimarães

Psicóloga, Psicanalista, Especialista em Psicologia do Trânsito, Avaliação Psicológica e Gestão Pública. Diretora Científica da Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego – ABRAPSIT e Presidente da Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego de Pernambuco. Membro da Câmara Temática de Educação e Saúde do Conselho Nacional de Trânsito. Experiência nas áreas de perícia e clínica, com ênfase em tratamento e prevenção psicológica e de saúde.

Para mais informações: <http://lattes.cnpq.br/1928016772577682>

Fábio de Cristo

Psicólogo (CRP-17/1296), Doutor em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações (UnB). Sócio fundador e conselheiro na atual gestão da Associação Brasileira de Psicologia Ambiental e Relações Pessoa-Ambiente - ABRAPA (<https://abrapa-rpa.org>). Professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA).

Para mais informações: <http://lattes.cnpq.br/5538481123174916>

Referências

1. Arriaga, M. (2011). Modelos de intervenção psicossocial em situações de crise e emergência. M. Carvalho (Coord.), Estudos sobre intervenção psicológica em situações de emergência, crise e catástrofe (pp. 67 – 74). Portimão: ISMAT.
2. Augé, M. (1994). Não-lugares: introdução a uma antropologia da modernidade. Campinas: Papirus.
3. Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
4. Bruck, N. R. V.. (2007). *A psicologia das emergências: Um estudo sobre angústia pública e o dramático cotidiano do trauma*. Porto Alegre, 195 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.
5. Camilo, J. & Rubio, K. (Orgs.) (2019). *Psicologia Social do Esporte*. 1ed. São Paulo: Képos.
6. Conde, E., Figueiras, A., Ângelo, L., Pereira, A. & Carvalho, C. (Orgs.) (2019). *Psicologia do esporte e do exercício: modelos teóricos, pesquisa e intervenção*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Reformatório.
7. Conselho Federal de Psicologia. (2016). Nota técnica sobre atuação da psicologia na gestão integral de riscos e de desastres, relacionadas com a política de proteção e defesa civil. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Nota-T%C3%A9cnica-Psicologia-Gestao-de-Riscos-Versao-para-pdf-13-12.pdf>

8. Everly, G. S., Jr. & Lating, J. M. Everly & Lating (2012). *A clinical guide to the treatment of the human stress response*. NY: Springer.
9. Everly, G. S., Jr. & Lating, J. M. (2017). *The Johns Hopkins Guide to Psychological First Aid*. Johns Hopkins University Press.
10. Folkman, S. & Lazarus, R. (1988). *Coping as a Mediator of Emotion*. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54, pp. 466-475.
11. Gold, J. R. (1998). *Creating the Charter of Athens: CIAM and the functional city, 1933-1943*. *The Town Planning Review*, 69, 225-247
12. Khan, S., Siddique, R., Li, H., Ali, A., Shereen, M.A., Bashir, N., & Xue, M. (2020). *Impact of Coronavirus Outbreak on Psychological Health*. *J Global Health*. Jun, 10(1):010331 doi: 10.7189/jogh.10.010331
13. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). (2015). Organização Mundial da Saúde (OMS). *Implementação do Programa Mais Médicos em Curitiba. Experiências inovadoras e lições aprendidas*. Brasília: OPAS.
14. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). (2018) . *Trânsito: um olhar da saúde para o tema*. Brasília: OPAS..
15. Rozestraten, R. J. A. (1988). *Psicologia do trânsito: conceitos e processos básicos*. São Paulo: EPU.
16. Rubio, K. (Org.) (2019). *Do pós ao neo olimpismo: esporte e movimento olímpico no século XXI*. 1ª ed. São Paulo: Képos.
17. Sa, S. D.; Werlang, B. S. G. & Paranhos, M. E. (2008). *Intervenção em crise*. *Rev. bras. ter. cogn.* [online]. vol.4,n.1, pp. 0-0. ISSN 1808-5687.
18. Telles, T. C. B. (2018). *Corpo a corpo: um estudo fenomenológico no karate, na capoeira e no MMA*. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, [s. l.]
19. United Nations. (2020) *Policy brief: Covid-19 and the need for action on mental health..* https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/un_policy_brief_covid_and_mental_health_final.pdf
20. Valencio, N. et al. (2017). *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: Rima, v. 3.
21. Weinberg, R. & Gould, D. (2008). *Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício*. Porto Alegre: Artmed.
22. Wicker, A. W. (1979). *An introduction to ecological psychology*. Monterey, CA: Brooks/Cole
23. Zhang, J., Wu, W., Zhao, X., & Zhang, W. (2020). *Recommended psychological crisis intervention response to the 2019 novel coronavirus pneumonia outbreak in China: a model of West China Hospital*. *Precision Clinical Medicine*. 3 (1) 3–8.
24. Zwielewski, G., Oltramari, G., Santos, A. R. S., Nicolazzi, E. M. da S., de Moura, J. A., Sant'Ana, V. L. P., Schindwein-Zanini, R., & Cruz, R. M. (2020). *Protocolos para tratamento psicológico em pandemias: as demandas em saúde mental produzidas pela COVID-19*. *Revista Debates em Psychiatry*. Ahead of Print.

Adaptação da Atuação Psicodiagnóstica, Psicoterapêutica e em Orientação de Carreira em meio à Pandemia

Ana Claudia Souza Vazquez (ABP+),
Angela Hiluey (ABRAP)
Thatiana Helena de Lima (IBAP)
Sonia Regina Pasian (ASBRo)
Manoela Ziebell de Oliveira (ABOP)
Alyane Audibert (ABOP)

O caráter distintivo da pandemia por COVID-19 traz desafios únicos para os psicólogos, em seus mais diferentes campos de atuação. No Brasil e no mundo, diversos serviços de atendimento profissional *on-line* emergiram como resposta urgente à crise que se impôs. Tais práticas recentes estão fundamentadas, de modo geral, nos conhecimentos já desenvolvidos pela psicologia no contexto de emergências e desastres ou na abordagem de Primeiros Auxílios Psicológicos (PAP), cujo foco principal está no acolhimento psicossocial, no cuidado com apoio social e em práticas psicológicas adaptadas à situação emergencial e suas consequências (Malloy-Diniz et al., 2020; Schimdt et al., 2020). No campo da psicologia positiva, pesquisadores nacionais e internacionais têm chamado a atenção para a importância de promover a assistência e as práticas psicológicas por meio de emoções positivas que atuam como fatores de proteção psicossocial, tais como coragem, compaixão, perdão e engajamento no trabalho (Salanova et al., 2018; Vazquez et al., 2019). Este capítulo traz informações sobre adaptações no fazer psicológico, cuja competência profissional precisa se voltar para o atendimento das necessidades decorrentes desse contexto emergencial na avaliação psicológica e diagnóstica, psicoterapias clínicas e orientação profissional.

Processo de avaliação psicológica e psicodiagnóstico no contexto da pandemia

É inegável a necessidade de que o profissional de psicologia reflita e reveja suas estratégias técnico-científicas em momentos em que a realidade assim exige, como o atual contexto de pandemia que nos obriga ao distanciamento ou isolamento social como cuidado essencial de saúde. Esse processo não pode representar apenas um ajuste individual, pautado por flexibilização de estratégias técnicas, por decisões pessoais. A criatividade humana é uma riqueza a ser potencializada nesses momentos, mas com respeito ao conhecimento científico acumulado, fonte obrigatória aos profissionais, exigindo-nos respeito a diretrizes e evidências científicas, institucionais e legais da profissão.

Neste contexto, estamos todos superestimulados por múltiplas e novas demandas, incluindo um volume absurdo de informações veiculadas por variadas fontes, com diretrizes, por vezes, contraditórias e que podem exercer pressão indevida e até confusão sobre as ações do psicólogo em seu trabalho. De forma modesta, didática e simples, buscamos delinear parâmetros para os psicólogos no campo da avaliação psicológica ante a pandemia de COVID-19, na expectativa de oferecer diretrizes fortalecedoras da psicologia como ciência e profissão. Como ponto de partida e leitura fortemente recomendada, destacamos as recentes considerações de Marasca et al. (2020) ao discutirem a viabilidade de processos de avaliação psicológica *on-line* e apontar direções para seu aperfeiçoamento, apresentando possibilidades para ensino e supervisão a distância.

Como pontos necessários para cuidados especiais dos psicólogos em processos de avaliação psicológica na pandemia, há que se considerar inúmeras variáveis, obrigatoriamente envolvendo: a) objetivos e necessidades reais do processo neste momento; b) qualidade técnico-científica dos instrumentos de avaliação psicológica selecionados; c) características socioculturais e demográficas do cliente; d) recursos materiais disponíveis para o processo seguro, válido e confiável (do ponto de vista técnico-científico e material das tecnologias envolvidas); e) condições de segurança técnica e de sigilo dos dados e das informações; f) garantia de que o respondente das atividades seja efetivamente o cliente designado no processo avaliativo; g) perdas informativas envolvidas no

processo pelas medidas obrigatórias de distanciamento social e seus impactos sobre os dados; h) qualidade do vínculo estabelecido entre psicólogo e cliente, sobretudo no caso de situações de avaliação compulsória; i) necessidade de participação de figura de apoio ao cliente (tutor na avaliação psicológica) e seu impacto sobre as informações, sobretudo no caso de crianças, adolescentes e pessoas com alguma limitação sensorial, lógica ou técnica para garantir a realização integral das atividades propostas; j) preferência para abordagem multimétodo, combinada com a experiência clínica (Bornstein, 2017).

É essencial lembrar que o processo de avaliação psicológica consiste na integração complexa da relação do psicólogo com o cliente, da observação de sua postura juntamente com sua fala, da escuta clínica, de inferências realizadas a partir de instrumentos psicológicos considerados fontes fundamentais e complementares, e da relação do cliente com o contexto social, cultural e histórico, para então elaborar uma conclusão final do diagnóstico clínico. Um mesmo indicador técnico pode ter significado diferente a depender do contexto da avaliação, da história do cliente e das demais variáveis interferentes em sua produção, exigindo do profissional a ciência, o domínio técnico-científico e a reflexão sobre essa complexa rede de variáveis. Destaca-se que o processo de avaliação e diagnóstico psicológico se desdobra na produção de conhecimento a partir de uma demanda apresentada ao psicólogo. Esse processo deverá ser informado aos demandantes em uma devolutiva escrita ou verbal, sendo fundamental que se atente ao impacto da comunicação das informações relevantes para a vida dos avaliados e para as tomadas de decisão decorrentes, considerando especificamente o contexto de pandemia. Em seu relatório final o psicólogo deve mencionar, necessariamente, as condições técnicas nas quais o processo ocorreu, enfatizando a informação de que foi realizado no período de pandemia, sabidamente correspondendo a um contexto de grande mobilização socioemocional.

Com relação a métodos projetivos de avaliação psicológica ou instrumentos psicológicos que exigem um ambiente relacional específico e, muitas vezes, envolvem estímulos visuais, entende-se que mais pesquisas devam ser desenvolvidas para avaliar o que esses instrumentos permitiriam avaliar em condições de distanciamento, mesmo que sejam necessárias algumas adaptações. Sabe-se que alterações no modo de aplicação

desses recursos de diagnósticos clínicos produzem um novo formato do teste psicológico em questão, de modo que se farão necessárias novas evidências científicas de sua validade, precisão e referenciais normativos antes de seu uso na prática profissional.

Ainda com relação aos instrumentos de medida, vale salientar que é fundamental se orientar pela Nota Técnica 05/2019 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que trata da utilização de testes psicológicos em serviços realizados por meio de tecnologias de informação e da comunicação (TICs). Essa nota ressalta a importância de que o teste psicológico tenha parecer favorável do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi) para seu uso, com padronização e normatização específicas para tal finalidade.

Em síntese, em um mundo repleto de incertezas e inseguranças sobre o “novo normal”, o psicólogo deverá preservar sua sensatez e promover a continuidade das práticas psicológicas cientificamente embasadas, sem incorrer em faltas éticas e mantendo a qualidade do fazer profissional nesse cenário. Somente com esforços coletivos de investigação científica e com respeito à dignidade humana em nítido sofrimento, os processos de avaliação psicológica e de cuidado às pessoas poderão ser aprimorados na medida necessária das atuais exigências ambientais do século XXI.

A atuação em psicoterapia em tempos de pandemia

A atuação psicoterapêutica em tempos de COVID-19 nos defronta com a necessária formação continuada em psicoterapia. É essencial para os psicoterapeutas que qualquer adaptação de suas técnicas seja cientificamente fundamentada e alinhada às normas de exercício ético do profissional psicólogo¹. Destacamos que a formação em psicoterapia não é apenas conhecer a teoria e ter uma recomendação prática, como pode ser bem observado nessa situação de emergência em saúde pública pela pandemia. Neste contexto ímpar e desafiador são observadas dificuldades que exigem do psicólogo a constatação de que é preciso buscar conhecimentos em supervisões com colegas mais experientes

1 Para orientações sobre atendimento psicológico on-line na pandemia e como prática, ver <https://site.cfp.org.br/coronavirus-comunicado-sobre-atendimento-on-line/>.

e/ou em conteúdos científicos dispostos em *webinars* ou *lives*, cujos debates ajudem a refletir sobre como explorar caminhos novos e eficientes no atendimento psicoterapêutico.

A crescente elaboração de protocolos baseados em evidências científicas e para acolhimento, apoio social e atendimento psicoterápico adaptados ao período da pandemia tem sido uma resposta efetiva para nortear o fazer psicológico e seu desenvolvimento em meio à crise que vivemos. Sugerimos consultar os protocolos de acolhimento, apoio social e atendimento psicológico disponibilizados pelas entidades ligadas à área, como, por exemplo, a abp+ e a Fiocruz. Também é importante destacar que os protocolos, por serem documentos claros e precisos, são procedimentos operacionais padrão. E, quando diante de pessoas que buscaram atendimento psicológico, precisamos estar preparados para manejá-los no contexto *on-line*, para que não seja mobilizada a angústia. Por isso, a adaptação clínica necessita que o psicoterapeuta planeje sua estratégia previamente para exercitar o raciocínio clínico sobre as situações de atendimento. E a supervisão clínica é um recurso fundamental, que integra o processo de formação.

Na pandemia da COVID-19 defrontamo-nos abruptamente com a psicoterapia *on-line*, modalidade que muitas vezes nem era considerada como opção do psicólogo, mas que no distanciamento social se apresenta como aquela viável. Estudos do Centro di Studi e di Applicazione della Psicologia Relazionale de Prato (Manfrida et al., 2017) trazem luz sobre recursos tecnológicos na psicoterapia e comunicação psicoterapêutica *on-line* quanto a:

- A. **Utilização adequada dos recursos tecnológicos:** ferramentas como SMS, WhatsApp, telefone e *e-mail* podem ser aliadas para fortalecer a relação terapêutica no atendimento dentro e fora da sala de consulta. Se adequadamente usadas, podem vir a garantir ao consultante a segurança de não ser abandonado e, ainda, fornecer ao terapeuta informações e sinais úteis na psicoterapia.
- B. **Contextos ambientais remotos:** cujos conteúdos mobilizados nesses processos terapêuticos geram sentidos a serem explorados, que podem não ser acessíveis no atendimento presencial. Aqui se deve manter atenção ao todo e não apenas ao verbal.

As sessões *on-line* na pandemia não estão mais restritas a situações específicas trazidas pela COVID-19, mas passaram a ser aplicadas como atuação viável para o momento.

A pesquisa de Manfreda et al. (2020)² realizada com 290 psicoterapeutas italianos no primeiro mês e meio de prática psicoterapêutica *on-line* na pandemia da COVID-19 identificou fortes indícios de fadiga e tendência a distrair-se, com esforço de concentração superior a uma sessão presencial. Os autores reiteram que muitas são as maneiras pelas quais a *web* pode auxiliar a psicoterapia e não apenas por sessões sincrônicas *on-line*, uma vez que essas representam apenas uma fração das interações entre terapeutas e pacientes. Usamos celular, WhatsApp e *e-mail*. E muitos consultantes usam aplicativos de localização, mensagens de áudio ou trazem vídeos para mostrar em sessão. Desse modo, os estudos recentes nos incentivam a nos ocuparmos em aprender a postular intervenções psicoterapêuticas mais efetivas utilizando os recursos tecnológicos que já fazem parte da comunicação psicoterapêutica para a construção do fazer psicoterapêutico e não apenas sobre sessões *on-line*, com mais disponibilidade. A pandemia da COVID-19 pode ser vista como um estímulo para alçarmos voo.

Atuação em tempos de insegurança no trabalho e na carreira pela pandemia

Diversos autores são unânimes em destacar, como características do mundo contemporâneo, a imprevisibilidade e a necessidade de que, para lidar com ela, os indivíduos desenvolvam autonomia, capacidade de refletir sobre si e de adaptar-se de maneira ativa aos desafios apresentados pelo mercado de trabalho, em constante transformação (Baruch et al., 2015; Oliveira & Gomes, 2014; Savickas & Porfeli, 2012). Considerando esse contexto, a carreira tem sido entendida como uma trajetória que pode ser pensada como um roteiro no qual os indivíduos progressivamente projetam e constroem as próprias vidas em diferentes papéis que ocupam, nos domínios em que se inserem. Porém, não se restringem àqueles relacionados ao seu percurso profissional (Duarte et al., 2010).

A pandemia da COVID-19 potencializa o desafio da gestão das carreiras na atualidade. Por isso, compreendê-las como trajetórias complexas e marcadas por eventos significa-

2 Mais informações em Albertini V.; Manfreda, G.; Eisenberg, E. In mezzo al guado. Il passaggio al setting online durante l'emergenza Covid-19. <https://www.slideshare.net/mobile/CSAPRPrato/il-passaggio-allonline-una-svolta-importante-per-la-psicoterapia-ecco-i-primi-risultati-della-nostra-indagine-sul-cambio-di-setting-terapeutico-a-un-mese-e-mezzo-dal-lockdown>
Tradução livre para português: <http://abrap.org/artigos.php?NuNot=274>

tivos em diferentes domínios da vida evidencia a relevância de refletir sobre os impactos dessa crise que hoje assola o mundo. Uma das suas consequências para a sociedade e para a economia foi o aumento recorde de desempregados em um período curto de tempo. Projeções sugerem que muitos negócios serão permanentemente afetados, com períodos mais longos de desemprego causando prejuízos significativos para os trabalhadores (Rudolph et al., 2020). O afastamento das atividades laborais pode comprometer recursos críticos para sua carreira profissional, relativos ao capital humano (experiência e treinamento), ao capital social (redes de suporte e sociais) e ao capital psicológico (esperança, autoeficácia, resiliência). Tais recursos são essenciais para alcançar sucesso objetivo (nível hierárquico, salário e promoções) e subjetivo (satisfação e equilíbrio entre papéis) na carreira (Audibert et al., 2020). Esse conjunto de fatores confronta as pessoas com a necessidade de deixarem de viver suas trajetórias individuais em “piloto automático”, sem tomar consciência de suas escolhas e dos impactos para si e para a sua comunidade.

Na pandemia, os profissionais estão experimentando o que pode ser chamado de “choque de carreira” por terem perdido o emprego, por subitamente terem que trabalhar em regime de teletrabalho ou *home office* ou, ainda, por terem que continuar a realizar suas atividades laborais dentro de alguma normalidade. O termo choque diz respeito a eventos que ocorrem de maneira inesperada, singular e impactante e que são capazes de desencadear reflexões sobre possíveis transições de carreira, as quais podem alterar significativamente as trajetórias individuais (Akkermans et al., 2018). Considerando o contexto, abre-se espaço para que o profissional em orientação profissional e de carreira auxilie os indivíduos no desenvolvimento de recursos e na aquisição de hábitos assertivos, tais como:

- A. **Desenvolver adaptabilidade:** metacompetência e capacidade de apresentar respostas adaptativas e flexíveis às tarefas de desenvolvimento esperadas, às transições e aos traumas profissionais, como um evento de pandemia. Envolve ocupar-se de pensar sobre o futuro (preocupação), compreender que o futuro pertence àquele que pensa sobre ele (controle), identificar e explorar possibilidades (curiosidade) e desenvolver a confiança de que será possível concretizar tais reflexões embora possa haver dificuldades.

- B. **Refletir sobre si:** consciência da trajetória de vida, do passado até o presente, de como o indivíduo articula os diferentes papéis e domínios de vida hoje e em expectativas futuras importantes. Esse exercício permite compreender quais recursos o indivíduo desenvolveu ao longo de sua trajetória e dos quais dispõe hoje para fazer projetos que contemplem diferentes aspectos de sua vida em relação ao futuro, coerentes com seu roteiro de vida.
- C. **Planejar-se para a incerteza:** sustentabilidade na carreira depende não apenas de ingressar (e, na medida do possível, permanecer em) um ambiente de trabalho compatível com os recursos de que os indivíduos dispõem no presente, mas também de que se preparem para as mudanças que podem ser antecipadas e para aquelas que não podem. Uma analogia que ajuda a esclarecer esse ponto é a de que a carreira se parece muito mais com uma maratona (longas distâncias requerem esforços continuados e ritmo) do que com uma prova de velocidade (curtas distâncias que requerem esforço intenso, mas por tempo reduzido).
- D. **Qualificar-se para atuar de forma remota e digital:** a pandemia provocou a abertura de uma infinidade de oportunidades de atuação digital e remota em áreas como a saúde e o empreendedorismo. Aconselhamento e orientação remotos, bem como *webinars*, conferências e aprendizado *on-line*, são apenas algumas das muitas possibilidades de atuação que continuarão a se expandir. Qualificar-se digitalmente permite assumir o controle sobre a própria carreira, necessidade para ser competitivo e viável no mercado de trabalho atual e pós-pandemia.
- E. **Realizar atividades voluntárias:** além de permitir exercitar a curiosidade, as atividades voluntárias na própria área de atuação ou em outras de interesse contribuem para aumentar os recursos de carreira, especialmente daqueles profissionais cujo volume de trabalho foi reduzido e dos que foram demitidos. Podem ainda ampliar o significado atribuído pelos profissionais ao trabalho que realizam.
- F. **Colaborar e contribuir:** a capacidade de cooperar com os outros permite estabelecer interações positivas úteis para facilitar as reflexões e o desenvolvimento de soluções para os problemas do futuro, além de criar redes sociais de apoio. Remete a ações simples e cotidianas, realizadas por todos, como o uso de máscaras para proteger a

vida, a partilha de informações confiáveis e a identificação de oportunidades para contribuir com os coletivos.

Em tempos de incerteza, não é possível preparar-se para a carreira e para o trabalho utilizando estratégias que têm como base a estabilidade do mundo e dos indivíduos. O desafio que a pandemia nos coloca é o de encontrar conforto no desconforto da mudança constante, para possibilitar o desenvolvimento da autonomia, a capacidade de refletir sobre si e adaptar-se de maneira ativa aos desafios apresentados pelo mercado de trabalho.

Considerações finais

Foram apresentados diferentes aspectos e sugestões relevantes para adaptações necessárias aos processos de avaliação psicológica, psicoterapias e orientação de carreira na pandemia. Nessa esteira, finalizamos destacando os fatores de proteção psicossocial que são determinantes para a saúde das pessoas ao longo da vida. O fazer dos psicólogos, em qualquer campo de atuação, deve considerar a proteção aos aspectos de saúde preservados nas pessoas que atuam como amortecedores (*buffers*) dos riscos ou prejuízos ou impulsionadores (*boosters*) da motivação e do bem-estar. Vazquez (2018) aponta quatro elementos essenciais para essa análise e intervenção: (1) a redução ou mitigação de impacto de potenciais riscos; (2) o efeito de possível contágio negativo ou de espiral positiva na cadeia de reações ao possível risco; (3) a estratégia de desenvolvimento positivo baseada em emoções e estados mentais positivos para construção de rotas de bem-estar; e (4) abertura para oportunidades que possibilitem desafios em vez de dilemas ou vulnerabilidades continuadas. Adaptar nossas estratégias de atuação profissional para maximizar a proteção psicossocial e a preservação dos fatores que impulsionam pessoas ao bem-estar, mesmo em tempos complexos de pandemia, é um importante norteador para a formação e a prática profissional neste momento.

Ana Claudia Souza Vazquez é psicóloga, Mestre em Saúde Coletiva (UERJ) e Doutora em Administração (UFRGS). Professora do Departamento de Psicologia e Pró-Reitora de Gestão com Pessoas na Universidade Federal de Ciências da Saúde em Porto Alegre, onde

coordena o Núcleo de Estudos em Psicologia Organizacional e do Trabalho (NEPOT). É a atual presidente da Associação Brasileira de Psicologia Positiva (abp+).

Mais informações em: <http://lattes.cnpq.br/4802561480762409>

Angela Hiluey é psicóloga, psicoterapeuta, Mestre em Distúrbios do Desenvolvimento (UPM); Doutora em Educação (FEUSP); Pós-Doutorado em Terapia Familiar (UAB-Espanha); fundadora e diretora do CEF-Centro de Estudos da Família Itupeva (escola associada à RELATES) onde é coordenadora, docente e supervisora dos Cursos de Especialização e de Aperfeiçoamento em Terapia Familiar; Psicoterapeuta credenciada pela FLAPSI. É a atual presidente da ABRAP (Associação Brasileira de Psicoterapia).

Mais informações em: <http://lattes.cnpq.br/0312303585136907>

Thatiana Helena de Lima é psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade São Francisco. Professora Adjunta do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia. Vice-presidente do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica na gestão 2019-2021 (IBAP).

Mais informações em: <http://lattes.cnpq.br/8893474219361074>

Sonia Regina Pasian é psicóloga, Mestre em Filosofia (UFSCar), Doutora em Saúde Mental (FMRP-USP), Livre-Docente pela USP. Professora Titular do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Ex-presidente e Membro do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (ASBRo).

Mais informações em: <http://lattes.cnpq.br/6176372094603202>

Alyane Audibert é psicóloga e Mestre em Psicologia (UFRGS), Doutora em Psicologia Social pelo Grupo de Estudos em Desenvolvimento de Carreira (GEDC – PUCRS). Integrante da atual diretoria da Associação Brasileira de Orientação Profissional (ABOP). Professora universitária e conselheira de carreira na ESPM-Sul. Atualmente trabalha como técnica superior na NOVA Information Management School (NOVA IMS), da Universidade Nova de Lisboa.

Mais informações em: <http://lattes.cnpq.br/9118623941983044>

Manoela Ziebell de Oliveira é Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia (UFRGS). Atua como professora dos cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), onde coordena o Grupo de Estudos em Desenvolvimento de Carreira (GEDC). Foi vice-presidente da Associação Brasileira de Orientação Profissional (ABOP) de 2017 a 2019 e é a presidente da ABOP na atual gestão.

Mais informações em: <http://lattes.cnpq.br/9584107783216465>

Referências

1. Akkermans, J., Seibert, S. E., & Mol, S. T. (2018). Tales of the unexpected: Integrating career shocks in the contemporary careers literature. *SA Journal of Industrial Psychology*, 44(1), 1-10. doi: 10.4102/sajip.v44i0.1503
2. Audibert, A. Amorim, M., Oliveira, M. Z. & Teixeira, M. O. (2020). Sucesso na carreira: Revisão narrativa da literatura. In: M. O. Teixeira, I. Janeiro, C. Sampaio, A. D. Silva, & M. Bardagi (Org) *Desenvolvimento de Carreira e Aconselhamento: Novos Contributos da Investigação e Prática* (110-119). APDC.
3. Baruch, Y., Szűcs, N., & Gunz, H. (2015). Career studies in search of theory: the rise and rise of concepts. *Career Development International*, 20(1), 3-20. <https://doi.org/10.1108/CDI-11-2013-0137>
4. Bornstein, R. F. (2017). Evidence-Based Psychological Assessment. *Journal of Personality Assessment*, 99(4), 435-445. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00223891.2016.1236343>.
5. Duarte, M. E., Lassance, M. C., Savickas, M. L., Nota, L., Rossier, J., Dauwalder, J., Guichard, J., Soresi, S., Van Esbroeck, R., & Vianen, A. (2010). A Construção da Vida: Novo Paradigma para entender a carreira no século XXI. *Interamerican Journal of Psychology*, 44(2): 392-406. <https://www.redalyc.org/pdf/284/28420641020.pdf>
6. Malloy-Diniz, L., Costa, D., Loureiro, F., Moreira, L., Silveira, B., Sadi, H., Apolinário-Souza, T., Alvim-Soares, A., Nicolato, R., Paula, J., Miranda, D., Pinheiro, M., Cruz, R., & Silva, A. (2020). Saúde mental na pandemia de COVID-19: considerações práticas multidisciplinares sobre cognição, emoção e comportamento. *Debates em Psiquiatria. Ahead to print 2020*. https://www.researchgate.net/publication/341255949_Saude_mental_na_pandemia_de_COVID_19_consideracoes_praticas_multidisciplinares_sobre_cognicao_emocao_e_comportamento
7. Manfrida, G; Albertini V., & Eisenberg E. (2020). La clinica e il web. *Risorse tecnologiche e comunicazione psicoterapeutica online*. Franco Angeli.

8. Manfrida, G., Albertini V., & Eisenberg, E. (2017). Connected: recommendations and techniques in order to employ internet tools for the enhancement of online therapeutic relationships. Experiences from Italy. *Contemporary Family Therapy*, 39, 314-328. <http://dx.doi.org/10.1007/s10591-017-9439-5>
9. Marasca, A. R., Yates, D. B., Schneider, A. M. A., Feijó, L. P., & Bandeira, D. R. (2020). Avaliação psicológica online: considerações a partir da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) para a prática e o ensino no contexto a distância. *Estudos de Psicologia*, 37, (e200085). <https://dx.doi.org/10.1590/1982-0275202037e200085>
10. Oliveira, M. Z., & Gomes, W. B. (2014). Estilos reflexivos e atitudes de carreira proteana e sem fronteiras nas organizações contemporâneas brasileiras. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 14(1),105-118. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572014000100009&lng=pt&tIng=pt.
11. Rudolph, C. W., Allan, B., Clark, M., Hertel, G., Hirschi, A., Kunze, F., Shockley, K., Shoss, M., Sonnentag, S., & Zacher, H. (2020). Pandemics: Implications for Research and Practice in Industrial and Organizational Psychology. *Industrial and Organizational Psychology: Perspectives on Science and Practice*. https://www.researchgate.net/publication/341577066_Pandemics_Implications_for_Research_and_Practice_in_Industrial_and_Organizational_Psychology
12. Salanova, M., Martínez, I. M., & Llorens, S. (2019). Organizaciones Saludables: Una mirada desde la psicología positiva. Aranzadi.
13. Savickas, M. L., & Porfeli, E. J. (2012). Career Adapt-Abilities Scale: Construction, reliability, and measurement equivalence across 13 countries. *Journal of Vocational Behavior*, 80(3), 661-673. <https://doi.org/10.1016/j.jvb.2012.01.011>
14. Schmidt, B., Crepaldi, M. A., Bolze, S. D. A.; Neiva-Silva, L., & Demenech, L. M. (2020). Impactos na Saúde Mental e Intervenções Psicológicas Diante da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19). *Estudos de Psicologia*, 37, e200063. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200063>
15. Vazquez, A. C. (2018). A Psicologia Positiva Organizacional e do Trabalho (PPOT): fundamentos e aplicações. In: A. Vazquez & C. Hutz. (Org.) *Aplicações da Psicologia Positiva: Trabalho e Organizações* (5-32). Hogrefe,
16. Vazquez, A. C. S., Santos, A. S., Costa, P. V., Freitas, C. P. P., Witte, H., & Schaufeli, W. B. (2019). Trabalho e Bem-Estar: Evidências da relação entre burnout e satisfação de vida. *Avaliação Psicológica*, 18(4), 372-381. <https://dx.doi.org/10.15689/ap.2019.1804.18917.05>

Aspectos Psicossociais e Psicopolíticos da Pandemia da COVID-19

Frederico Alves Costa (ABPP)

Deivis Perez (ABRAPSO)

Fabiana Queiroga (SBPOT)

João Gabriel Modesto (SBP)

Contextualização

Assim como outras pandemias e surtos de doenças emergentes, a COVID-19 está criando diversas alterações nas relações sociais. Para o enfrentamento da doença, observa-se na mídia esforços de profissionais da saúde no atendimento à população, bem como o trabalho de pesquisadores na busca por remédios e vacinas. Além das intervenções farmacêuticas e médicas, o combate à COVID-19 exige mudanças nos arranjos sociais, como o isolamento social, as quais afetam severamente os hábitos cotidianos, as interações sociais e as trocas econômicas (Schoch-Spana, 2020). Assim, a pandemia resulta em um conjunto amplo de fenômenos sociais (Bavel et al., 2020), a exemplo do aumento das desigualdades sociais (Dorn et al., 2020), da violência doméstica (Marques et al., 2020) e do preconceito/estigmatização (Peuker & Modesto, 2020), dentre outros.

Chama atenção também, na esteira da dimensão psicossocial da pandemia, que essa tem sido pauta em um Brasil polarizado politicamente. Em um estudo desenvolvido no País, verificou-se que a posição política tem influenciado a maneira como o brasileiro se posiciona ante as medidas de isolamento social (Modesto et al., 2020), o que pode ser explicado pelos discursos do atual governo brasileiro sobre a pandemia e o isolamento

social, discursos que, inclusive, chegaram a ser alvo de editorial da revista *The Lancet* (The Lancet, 2020) sobre os impactos das ações do atual governo ante a pandemia.

Nesse contexto, é importante ainda analisar como as condições políticas constroem determinados modos de subjetivação e de organização social. Assim, considerando as repercussões da pandemia para a sociedade, este texto procura problematizar o papel da psicologia em suas dimensões social e política. Essa discussão visa a contribuir para a análise da complexidade das repercussões sociais e políticas da pandemia, bem como para a indicação de algumas possibilidades de enfrentamento.

A psicologia social diante dos desafios da pandemia na conjuntura brasileira

Nos correntes dias em nosso país, a psicologia social e a sociedade como um todo se deparam com os indissociáveis desafios de enfrentar, por um lado, os riscos impostos por um processo pandêmico (COVID-19) que ameaçam a integridade física e psicossocial de todas as pessoas e, por outro, responder às adversidades trazidas pela inusitada experiência de viver sob o que nominamos *fascismo brasileiro*, impulsionado pelas movimentações sociais de extrema direita a partir de 2013 e consolidado pela ascensão ao poder do presidente da república empossado em 2019. Cumpre notar que por fascismo compreende-se um movimento que favorece a radicalização da exploração dos trabalhadores e acumulação de riquezas pelos capitalistas “[...] de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara ‘modernizadora’, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionalistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é “[...] chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário” (Konder, 1977/2009, p. 56). O movimento fascista brasileiro atende a essa definição, ainda que apresente alguns aspectos distintivos, como: sintonia com o liberalismo econômico acompanhado do enfraquecimento do Estado e um chauvinismo seletivo direcionado aos povos latino-americanos, chineses e africanos associado a um servilismo prazenteiro em relação às grandes potências capitalistas.

A síntese dessas duas ameaças, mutuamente articuladas no Brasil, manifesta-se por meio do encaminhamento do País à desnecessária perda de milhares, quiçá milhões, de vidas em função de uma intrincada atuação política do governo federal que pode vir a produzir o maior impacto em segmentos populacionais pauperizados, como negros, indígenas, pessoas LGBTQI+, mulheres e demais grupos tradicionalmente acossados pelo capitalismo e manifestamente perseguidos pela presente autoridade federativa. Além disso, a crise pandêmica tem sido utilizada pelo movimento fascista brasileiro para avançar na retirada de direitos sociais e cívicos, flexibilizar e eliminar leis dedicadas à defesa da classe trabalhadora e ampliar a renúncia das responsabilidades sociais e científicas pelo Estado por intermédio da severa redução dos investimentos em áreas como saúde, educação e assistência social.

Diante da conjuntura aludida, é impreterível que a psicologia social seja capaz de alcançar a complexidade sociopolítica e econômica dessa etapa e os perigos para a manutenção da vida trazidos pela pandemia. Ainda é necessário à área expressar de maneira renovada seu compromisso com os segmentos vilipendiados e agredidos sob o fascismo, com especial atenção para as ações orientadas para apoiar a contenção do avanço da epidemia e das desarrazoadas e/ou falaciosas políticas públicas aplicadas emergencialmente nesta ocasião pelo governo federal. É forçoso que a psicologia social mobilize um arcabouço teórico e metodológico que possa concretizar seu engajamento com a atividade conjunta dos trabalhadores e dos despossuídos em práticas profissionais e acadêmicas dirigidas às lutas coletivas contra o fascismo, como movimentação intrinsecamente relacionada ao capitalismo, e seus traços discriminatórios constituintes (machismo, racismo, intolerância e chauvinismo) contrários à alteridade.

A substância do *corpus* investigativo e dos esforços para a produção de saberes acadêmico-científicos em psicologia social, bem como da laboralidade dos psicólogos e psicólogas da área, é o ser social, compreendido em sua concretude, historicidade e movimentações dialéticas perante o capitalismo brasileiro. Essa psicologia social, para ser consubstanciada, deve mourejar ferramentas metodológicas e práticas dedicadas, simultaneamente, a ensinar e mediar: 1) pessoas e grupos nos processos de identificação, compreensão e tomada de consciência crítica acerca das suas condicionalidades mate-

riais e concretas, históricas, políticas, sociais, culturais e simbólicas; e 2) a organização de coletivos pauperizados e de trabalhadores que lhes permitam protagonizar transformações da própria realidade.

Em síntese, no Brasil governado por um autocrata e afetado pela pandemia, cabe à psicologia social focalizar, de maneira premente, a luta pela sobrevivência das pessoas e contra o fascismo. Cabe ainda, perseverantemente, acurar teorias e estratégias laborais que auxiliem as pessoas a apropriar a historicidade, a materialidade, as movimentações dialéticas e a totalidade da sociedade e da trajetória de cada ser humano e cada grupo, no intento de ampliar a potência do agir individual e das atividades coletivas dedicadas a suprimir as opressões e explorações ocasionadas pelo capitalismo. É na esteira dessa preocupação que a psicologia política vem complementar a análise do cenário político-social colocado pela pandemia.

As demandas sociais e a atuação da psicologia política no contexto da pandemia

A psicologia política é um campo interdisciplinar das ciências humanas e sociais que se institucionalizou no Brasil a partir dos anos 1980 com a organização do Grupo de Trabalho “Psicologia dos Movimentos Sociais”, na recém-criada, à época, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). Tal grupo reunia pesquisadores/as que também participavam de atividades na Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), criada em 1980 com o objetivo de fortalecer a perspectiva da psicologia social crítica no País. A consolidação da psicologia política brasileira ocorreu com a fundação da [Associação Brasileira de Psicologia Política \(ABPP\)](#), em 2000, e da [Revista Psicologia Política \(RPP\)](#), em 2001 (Camino, 2001).

Dessa maneira, é importante considerarmos que a psicologia política brasileira se organizou em um contexto caracterizado: a) por mobilizações políticas que lutavam pelo fim da ditadura civil-militar brasileira e pela redemocratização do Brasil; e b) por articulações acadêmico-científicas que questionavam a relevância social da produção científica produzida no País, que defendiam a necessidade do desenvolvimento de pesquisas e

intervenções que focalizassem problemas referentes ao contexto histórico brasileiro e latino-americano e que contribuíssem para a ampliação de direitos democráticos (Sandoval, 2002).

Em decorrência do caráter interdisciplinar do campo da psicologia política e dos aspectos históricos e contextuais referentes à sua institucionalização e desenvolvimento em diferentes países, observamos definições distintas sobre o campo (Costa, 2018; Costa & Machado, 2018; Costa & Machado, 2019; Costa & Machado, 2020). Entretanto, de maneira geral, podemos considerar que o objeto de estudo da psicologia política é o fenômeno político e que a análise desse fenômeno caracteriza-se pela preocupação em articular aspectos subjetivos (crenças, ideologias, emoções) e estruturais (relações de poder, configurações do Estado, organização da sociedade) que sejam pertinentes ao fenômeno investigado.

Nesse sentido, a pandemia da COVID-19 é um objeto de investigação e de intervenção da psicologia política na medida em que, como apontado anteriormente, ela provocou uma reconfiguração significativa das relações sociais, visibilizou ainda mais as desigualdades presentes nas sociedades e tem demonstrado a necessidade de refletirmos criticamente sobre a atuação do Estado no enfrentamento à pandemia, na construção de políticas públicas e na defesa da democracia. Todos esses aspectos estão diretamente relacionados à produção da subjetividade, pois a construção e a reprodução da sociedade estão fundamentadas em princípios e crenças que legitimam determinados modos de ser e de viver. No caso brasileiro, o fenômeno da pandemia encontra-se articulado à conjuntura de polarização política que estamos vivenciando desde o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016 e que foi agravada com a eleição presidencial de 2018 e com o fortalecimento de discursos conservadores e antidemocráticos, como apresentado anteriormente. Nesse contexto da pandemia, podemos observar de maneira explícita a emergência de discursos antagônicos sobre os modos de organizarmos a vida em sociedade e, assim, a constituição de identidades políticas que têm entrado em conflito na esfera pública.

Nessa medida, uma atuação identificada com o campo da psicologia política no contexto da pandemia pode estar vinculada a uma pluralidade de demandas sociais e a disputas

políticas sobre os fundamentos que organizam as relações sociais em diferentes âmbitos da sociedade. Ademais, essa atuação pode ser realizada em diversos espaços, como a universidade, os movimentos sociais e as políticas públicas. Apesar da pluralidade, essas atuações, de maneira geral, caracterizam-se por compreender a construção dos discursos sobre a organização da vida (as demandas sociais que se articulam em torno desses discursos e os princípios e as crenças que os fundamentam) a fim de entender seus efeitos para o enfrentamento da doença e para a promoção da democracia. Tal entendimento é fundamental, por um lado, para a construção de estratégias de enfrentamento a discursos que contrariem recomendações científicas sobre a prevenção e tratamento da doença e que favoreceram desigualdades e, por outro, para a construção, a disseminação e a implementação de estratégias convergentes com discursos que permitam evitar o maior número de mortes possível e manter e ampliar direitos democráticos para a pluralidade de grupos sociais existentes na sociedade.

Um modo de atuação identificada com o campo da psicologia política no contexto atual é o da formulação, implantação e análise de ações governamentais para o enfrentamento da pandemia. Por exemplo, ao considerarmos o auxílio financeiro emergencial implementado pelo governo federal brasileiro para pessoas que estão fragilizadas social e economicamente em razão da pandemia ou que antes mesmo da pandemia já viviam condições de negação de direitos sociais, algumas problematizações psicopolíticas importantes seriam:

- A. Como os sujeitos beneficiados são discursivamente constituídos nesta ação? Como pessoas potencialmente fraudulentas? Como pessoas vulnerabilizadas por negação de direitos que deveriam ser assegurados pelo Estado (direito à saúde, à moradia, à alimentação)? Entender esta construção discursiva é fundamental para refletirmos sobre o lugar que o governo atribui a essas pessoas na organização social e, assim, no campo de debate sobre cidadania, justiça social, democracia.
- B. Como as pessoas a serem beneficiadas serão acessadas pelo governo? Por meio de aplicativos digitais, mesmo sabendo que há uma grande exclusão digital no Brasil? Por meio do Sistema Único de Assistência Social, que tem como objetivo organizar os serviços de assistência social no Brasil? Compreender este aspecto permite-nos

refletir sobre o número de pessoas que o governo pretende alcançar e sobre a efetividade da estratégia para a satisfação da demanda social que fomentou a sua construção.

- C. Como a ação governamental foi elaborada e está sendo implementada? A partir de um modelo de gestão centralizado nos integrantes do governo federal? A partir do diálogo do governo com uma pluralidade de atores sociais que atuam junto a grupos sociais que seriam potencialmente beneficiados pela ação? Refletir sobre os atores sociais presentes na elaboração da ação contribui para entendermos o modo como o governo concebe a relação entre Estado e sociedade civil e, conseqüentemente, os princípios que ordenam a inteligibilidade governamental sobre a esfera pública;
- D. Que outras ações têm sido desenvolvidas por outros atores sociais a fim de satisfazer as mesmas demandas sociais que o auxílio financeiro emergencial do governo? Como essas ações convergem ou divergem em termos dos fundamentos que sustentaram sua elaboração e implementação? A compreensão sobre essas ações permite-nos entender que outros discursos existem na sociedade em relação às mesmas demandas sociais e qual a configuração desses discursos no campo de debate sobre o modo de constituição da ordem social.

Essas questões permitem-nos construir uma leitura psicopolítica do fenômeno político. O que significa entendê-lo como uma construção social e histórica que requer a análise integrada: a) das demandas sociais existentes no contexto específico; b) das crenças e dos princípios que fundamentam essas demandas e as ações que visam a respondê-las; c) da maneira que essas crenças e princípios constroem as subjetividades e os modos de gerir a vida em sociedade; d) das estratégias de reprodução ou contestação das práticas hegemônicas produzidas na ordem social.

Considerações finais

Diante de todos os dados, informações e notícias, o que se pode concluir é que a crise decorrente da pandemia da COVID-19 não é apenas uma crise sanitária. A pandemia gera conseqüências em todas as esferas da vida social, implica diversas pessoas, envolve as

instituições, problematiza valores e repercute no plano cultural, religioso, político, econômico e, naturalmente, afeta também o mundo do trabalho (Schoch-Spana, 2020), exigindo ações coordenadas e, ao mesmo tempo, diversas para a satisfação das inúmeras demandas emergentes.

Contudo, enquanto diversos países lutam para aplainar a curva de infectados e diminuir a possibilidade de mortes significativas e contração econômica prolongada, o atual governo do Brasil constrói uma narrativa de negação da ciência e de legitimação de uma política ultraliberal que visa à manutenção da redução dos gastos sociais do Estado mesmo em um contexto que exige o fortalecimento das políticas estatais dedicadas à universalização da renda básica e ao atendimento gratuito e de qualidade em saúde, educação e assistência social. Trata-se da supervalorização do capital em detrimento da ciência e dos princípios da igualdade e da justiça social.

A rejeição às diretrizes epidemiológicas no caso da COVID-19 é mais um exemplo do antagonismo do presidente aos saberes científicos, com a diferença de que desta vez ele colide com uma preocupação mundial na preservação de vidas (Barbosa-Pinto, 2020). É fundamental que se fortaleça a luta contra as políticas autoritárias, negacionistas e neoliberais do governo federal para que desigualdades sociais sejam combatidas, vidas sejam salvas e projetos de destruição das conquistas sociais garantidas pelo Estado e dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras e das diferentes minorias sociais sejam revogados e novos projetos como estes não sejam implementados. Agregar entidades científicas que defendem a produção de conhecimento crítico e a democracia como pilares estratégicos para construção da ordem social é parte do processo de construção dessa luta neste momento da pandemia da COVID-19 e em qualquer outro momento em que ela se fizer necessária.

Frederico Alves Costa

Professor no Instituto de Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Coordenador do [Núcleo de Psicologia Política - UFAL](#). Presidente da [Associação Brasileira de Psicologia Política \(ABPP\)](#)

Mais informações em: <http://lattes.cnpq.br/4598238107622933>

Deivis Perez

Professor no Departamento de Psicologia Social e Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UNESP. Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO)

Mais informações em: <http://lattes.cnpq.br/6409892014093401>

Fabiana Queiroga

Professora na Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Coordenadora do Núcleo de Pesquisas Psicossociais em Processos Laborais Sustentáveis – ProLab Sustentável.

Mais informações em: <http://lattes.cnpq.br/6027671429906809>

João Gabriel Modesto

Professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Diretor da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP).

Mais informações em: <http://lattes.cnpq.br/8750845075473465>

Referências

1. Bavel, J. J. Van, Baicker, K., Boggio, P. S., Capraro, V., Cichocka, A., Cikara, M., Crockett, M. J., Crum, A. J., Douglas, K. M., Druckman, J. N., Drury, J., Dube, O., Ellemers, N., Finkel, E. J., Fowler, J. H., Gelfand, M., Han, S., Haslam, S. A., Jetten, J., ... Willer, R. (2020). Using social and behavioural science to support COVID-19 pandemic response. *Nature Human Behaviour*. <https://doi.org/10.1038/s41562-020-0884-z>
2. Barbosa-Pinto (2020). O que nos diz o cenário político brasileiro? Entrevista concedida ao Portal da Universidade Feral do Rio de Janeiro. Acessado em 30/6/2020. <https://www2.ufjf.br/noticias/2020/04/01/o-que-nos-diz-o-cenario-politico-brasileiro/>

3. Camino, L. (2001). Uma nova interlocutora no campo da Psicologia no Brasil: A Sociedade Brasileira de Psicologia Política. *Psicologia Política*, 1(1). Recuperado em 10 de junho de 2017, de <https://psicologiapolitica.org.br/sobre-a-abpp/>
4. Costa, F. A. (2018). Desafios para a psicologia política brasileira: a inserção em Programas de Pós-Graduação e a delimitação como campo de conhecimento. *Revista Psicologia Política*, 18(42), 220-235. Recuperado em 04 de junho de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000200002&lng=pt&tlng=pt..
5. Costa, F. A. & Machado, F. V. (2018). Para além das fronteiras disciplinares: trajetórias acadêmica e política de Cornelis Johannes van Stralen. *Revista Psicologia Política*, 18(42), 399-427. Recuperado em 04 de junho de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000200014&lng=pt&tlng=pt.
6. Costa, F. A. & Machado, F. V. (2019). Historiadora de vidas: a trajetória acadêmica e profissional de Vanessa Andrade de Barros. *Revista Psicologia Política*, 19(46), 679-699. Recuperado em 04 de junho de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000300021&lng=pt&tlng=pt.
7. Costa, F. A. & Machado, F. V. (2020). Engajamento político e reflexões críticas: entrevista com Leoncio Francisco Camino. *Revista Psicologia Política*, 20(47), 218-251. Recuperado em 04 de junho de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000100017&lng=pt&tlng=pt.
8. Dorn, A. van, Cooney, R. E., & Sabin, M. L. (2020). COVID-19 exacerbating inequalities in the US. *The Lancet*, 395(10232), 1243-1244. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)-30893-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)-30893-X)
9. Konder, L. (2009). *Introdução ao fascismo*. 2ª edição. SP: Expressão Popular. (Original publicado em 1977).
10. Marques, E. S., Moraes, C. L. de, Hasselmann, M. H., Deslandes, S. F., & Reichenheim, M. E. (2020). Violence against women, children, and adolescents during the COVID-19 pandemic: Overview, contributing factors, and mitigating measures. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(4). <https://doi.org/10.1590/0102-311x00074420>
11. Modesto, J. G., Zacarias, D. O., Galli, L. M., & Neiva, B. do A. (2020). COVID-19 and attitudes toward social distancing: The role of political beliefs, morality, and fake news. *Manuscript Submitted for Publication*.
12. Peuker, A. C., & Modesto, J. G. (2020). *Estigmatização de profissionais de saúde* (No. 4). https://www.sbponline.org.br/arquivos/Tópico_4_Trabalhando_com_profissionais_de_saúde_que_enfrentam_reações_negativas_das_pessoas_ao_redor_durante_a_COVID-19_No_Tópico_4_abordamos_como_entender_e_minimizar_a_estigmatizacao_dos_profissionais_de_saúde1.pdf
13. Sandoval, S. (2002). O que há de novo na psicologia social latino-americana. In R. H. Campos & P. Guareschi (Orgs.), *Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana* (pp. 101-109). Petrópolis, RJ: Vozes.

14. Schoch-Spana, M. (2020). *COVID-19's Psychosocial Impacts*. Scientific American Blog Network. <https://blogs.scientificamerican.com/observations/covid-19s-psychosocial-impacts/?print=true>
15. The Lancet. (2020). COVID-19 in Brazil: "So what?" *The Lancet*, 395(10235), 1461. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)31095-3](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)31095-3)